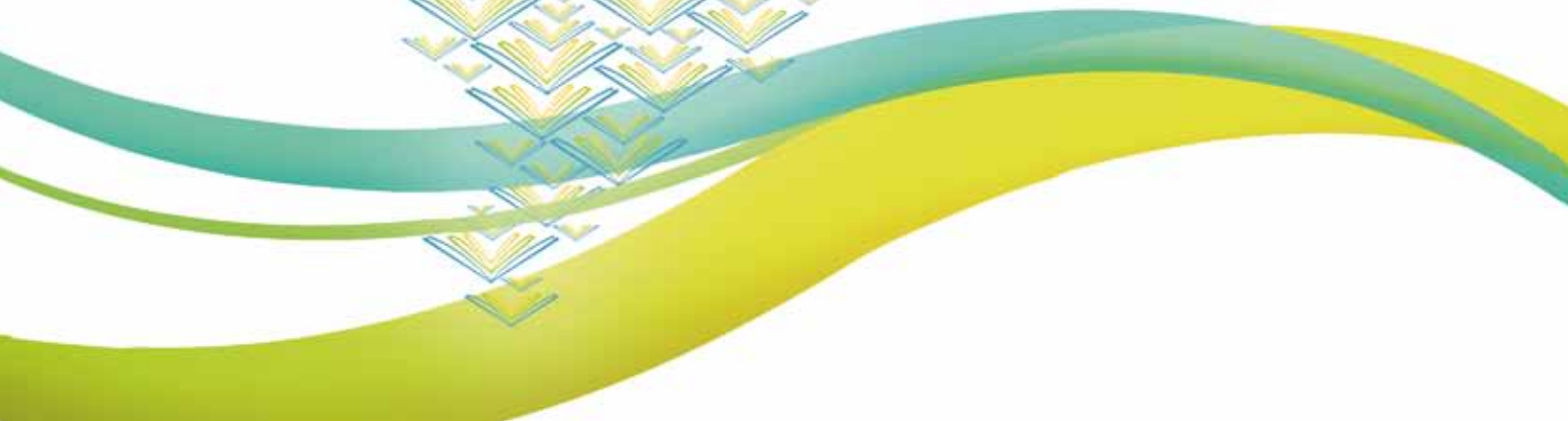
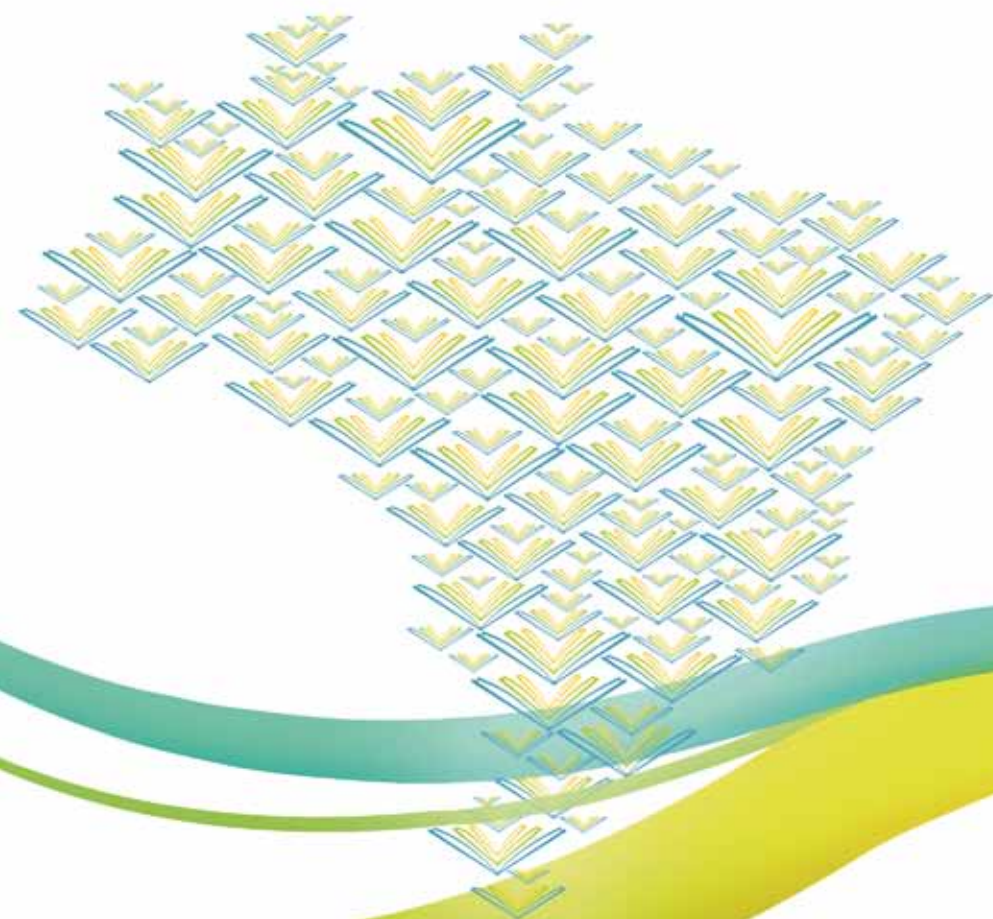




SINOPSE DAS AÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Presidência da República

Ministério da Educação

Secretaria Executiva

APRESENTAÇÃO

A Sinopse das Ações do Ministério da Educação é uma publicação que apresenta, de forma acessível e direta, os principais resultados das iniciativas do governo federal que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Lançado em 2007, o PDE consolida a visão sistêmica da educação em substituição à visão fragmentada que historicamente marcou a compreensão da educação nacional.

A educação, como processo de socialização e individuação voltado para a autonomia, não pode ser artificialmente segmentada de acordo com a conveniência administrativa ou fiscal. Ao contrário, tem de ser tratada com unidade, da creche à pós-graduação, ampliando o horizonte educacional de todos, independentemente do estágio em que se encontre no ciclo educacional.

A substituição do antigo Fundef, restrito ao ensino fundamental, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), como mecanismo de financiamento de toda a educação básica – a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos –, representou um marco definitivo na mudança de enfoque. Destaca-se também a valorização do magistério, com a formação inicial e continuada de professores e a regulamentação do piso salarial.

APRESENTAÇÃO

A alfabetização e a educação de jovens e adultos (EJA) foram fortalecidas a partir do realinhamento das ações federais e do aprofundamento da integração com os sistemas estaduais e municipais de ensino, a fim de ampliar o atendimento, incentivar a continuidade dos estudos dos alfabetizandos e promover a articulação com a educação profissional.

A educação profissional e tecnológica também foi fortalecida, com a reestruturação da rede federal, o apoio às redes estaduais e a ampliação das vagas gratuitas em cursos profissionalizantes do Sistema S.

No âmbito da educação superior, houve expansão de cursos e vagas nas universidades federais, interiorização dos câmpus universitários, criação de bolsas, reformulação das formas de financiamento e redefinição das formas de ingresso, buscando a democratização do acesso. Na pós-graduação, bolsas de mestrado e doutorado foram ampliadas e tiveram seus valores reajustados.

O PDE reflete a responsabilidade do Estado pela educação formal e pública. É essencial o debate em torno do desenvolvimento da educação, respeitando-se a diversidade inerente a uma sociedade democrática. É preciso também que haja transparência por parte dos agentes executores, em todos os níveis.

Esta Sinopse, ao contribuir para a transparência das ações do Ministério da Educação, é ferramenta fundamental do esforço de discussão e transformação da realidade educacional do país, representado pelo PDE.

SUMÁRIO

INDICADORES GERAIS

Orçamento do Ministério da Educação	8
Indicadores	9
Ideb	16
Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Alunos	19

EDUCAÇÃO BÁSICA

Educação Básica	22
Financiamento da Educação	24
Fundeb	25
Salário-Educação	28
Orçamento do FNDE	30
Prova Brasil	31
Provinha Brasil	32
Enem	33
Educacenso	35
Universidade Aberta do Brasil (UAB)	36
Pibid	37
Piso Salarial do Magistério	39
Plano de Metas	
Compromisso Todos pela Educação	40
Plano de Ações Articuladas (PAR)	41
Proinfância	43
Caminho da Escola	45
ProInfo	47
Banda Larga nas Escolas	49

Prouca – Um Computador por Aluno	50
Mobiliário Escolar	51
Mais Educação	52
PDE-Escola	54
PDDE	56
Pnae	57
Pnate	60
Programas do Livro	62
Escola Ativa	63
Guia de Tecnologias Educacionais	64
Salas de Recursos Multifuncionais	65
Escola Acessível	66
Inclusão	67

ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA

Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	69
Brasil Alfabetizado	70
PNLA e PNLD EJA	72

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

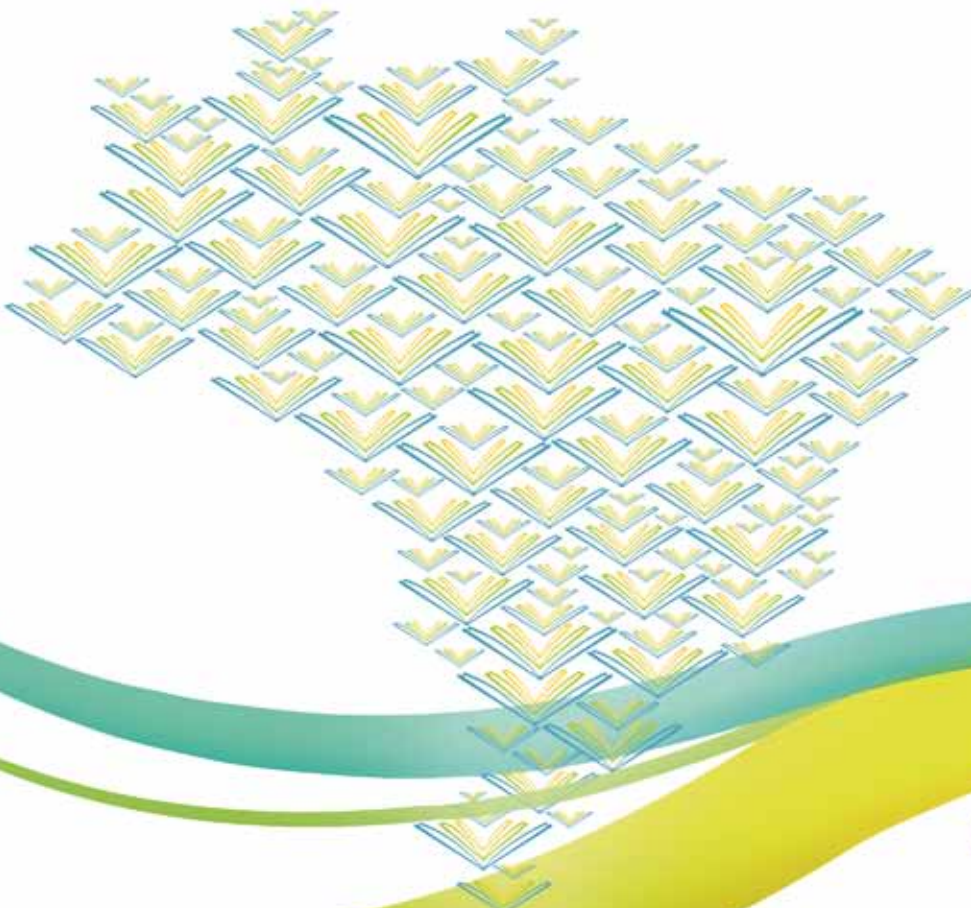
Educação Profissional e Tecnológica	74
Censo da Educação Básica	75
Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	76
Recursos para a Educação Profissional	81
Brasil Profissionalizado	82

e-TEC – Escola Técnica Aberta	85
Projeja	86
Reforma do Sistema S	88

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Educação Superior	90
Censo da Educação Superior	91
Expansão da Rede Federal de Educação Superior/Reuni	94
Recursos para a Educação Superior	97
ProUni	99
Fies	101
SiSU	103
Pnaes	104
Sinaes	106
e-MEC	108
Orçamento da Capes	109
Portal de Periódicos	110
Bolsas de Estudo	111
Produção Científica	114

GLOSSÁRIO	116
-----------------	-----

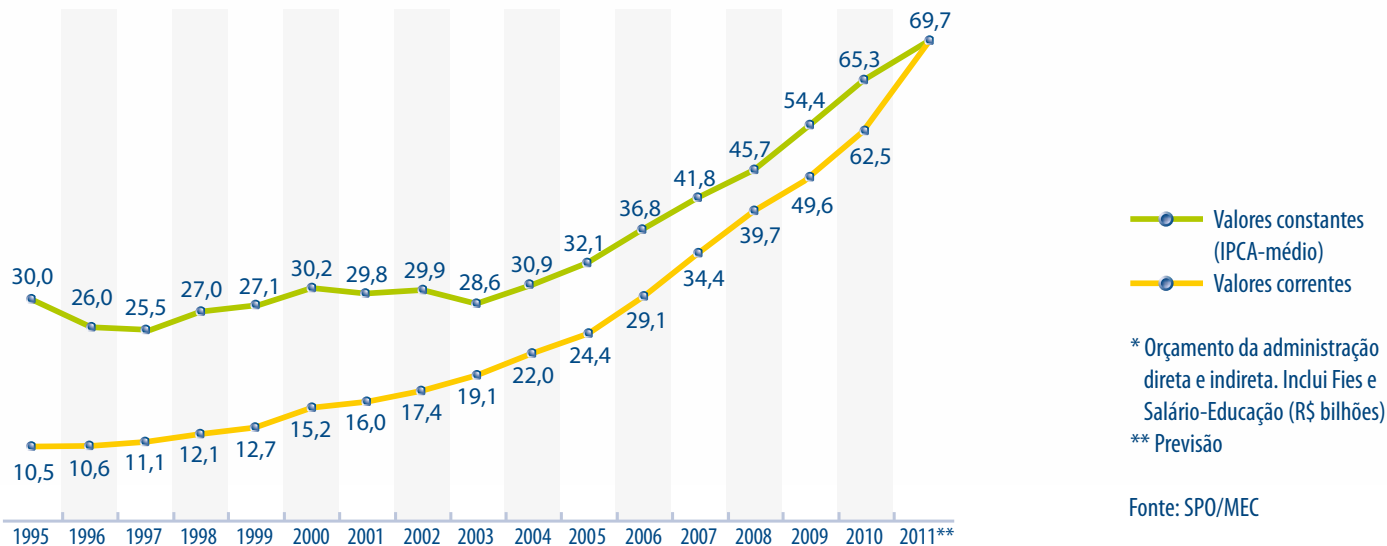


INDICADORES GERAIS

SINOPSE DAS AÇÕES
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

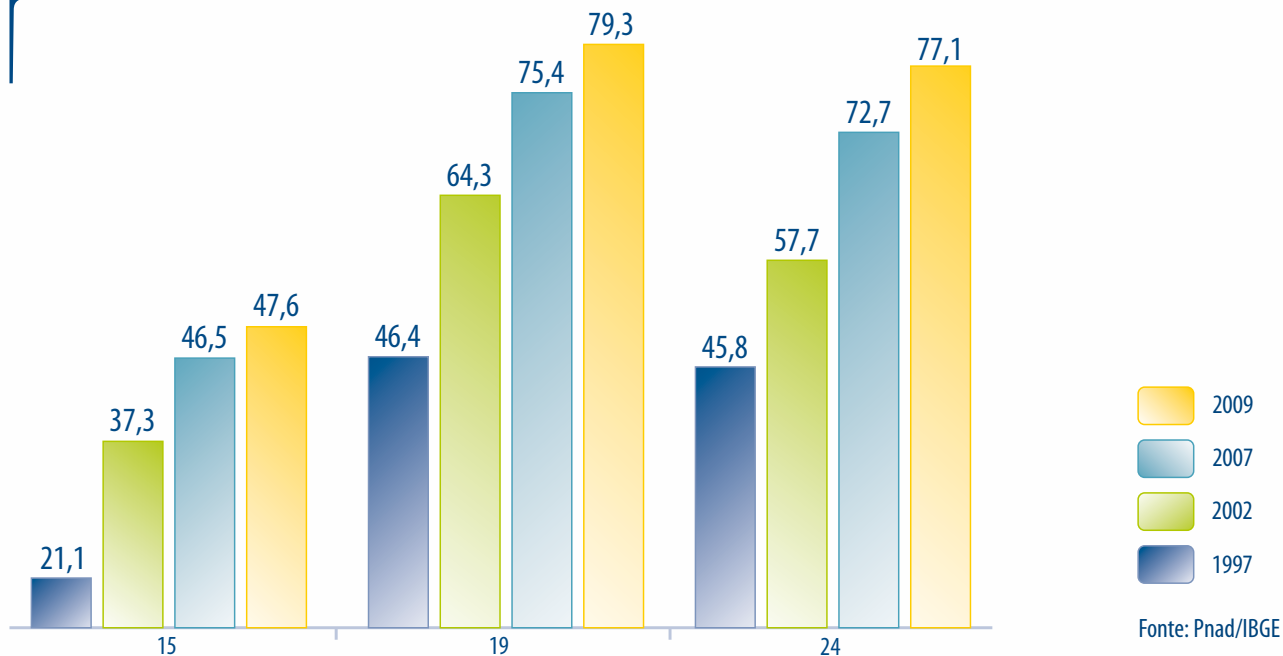
ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO*

Dentre os fatores estruturais que contribuem para a ampliação e o aprimoramento das políticas públicas de educação no país, cabe ressaltar o aumento do orçamento do Ministério da Educação e do FNDE.



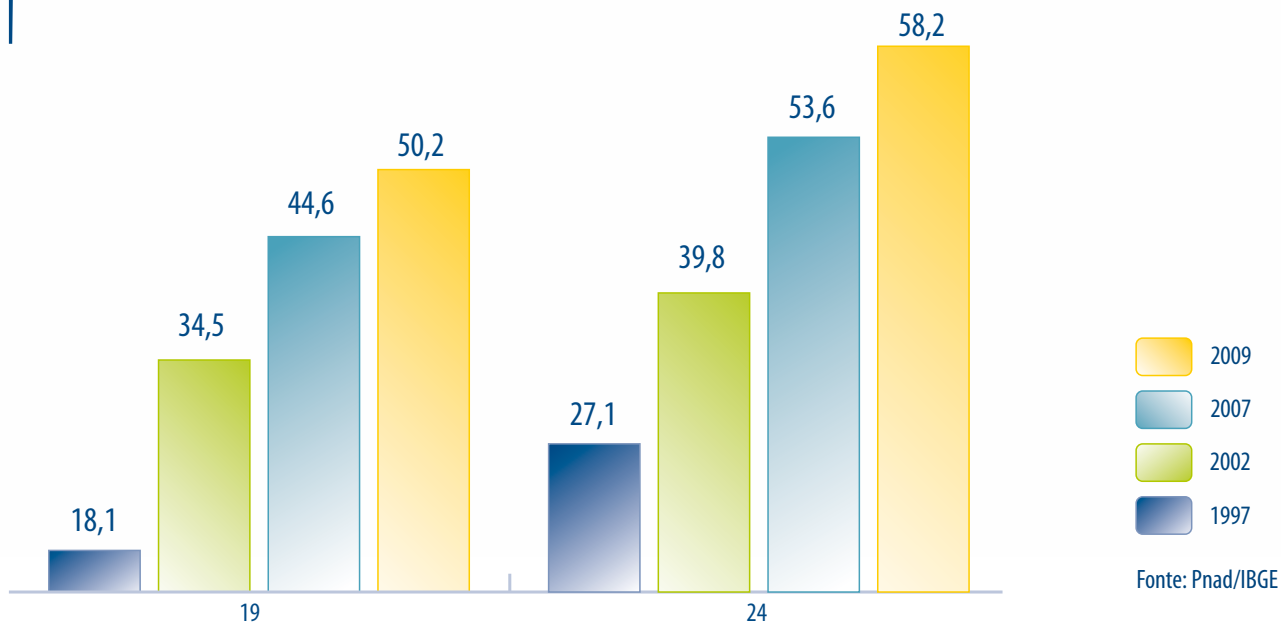
INDICADORES

Percentual que concluiu o ensino fundamental (por idade escolar)



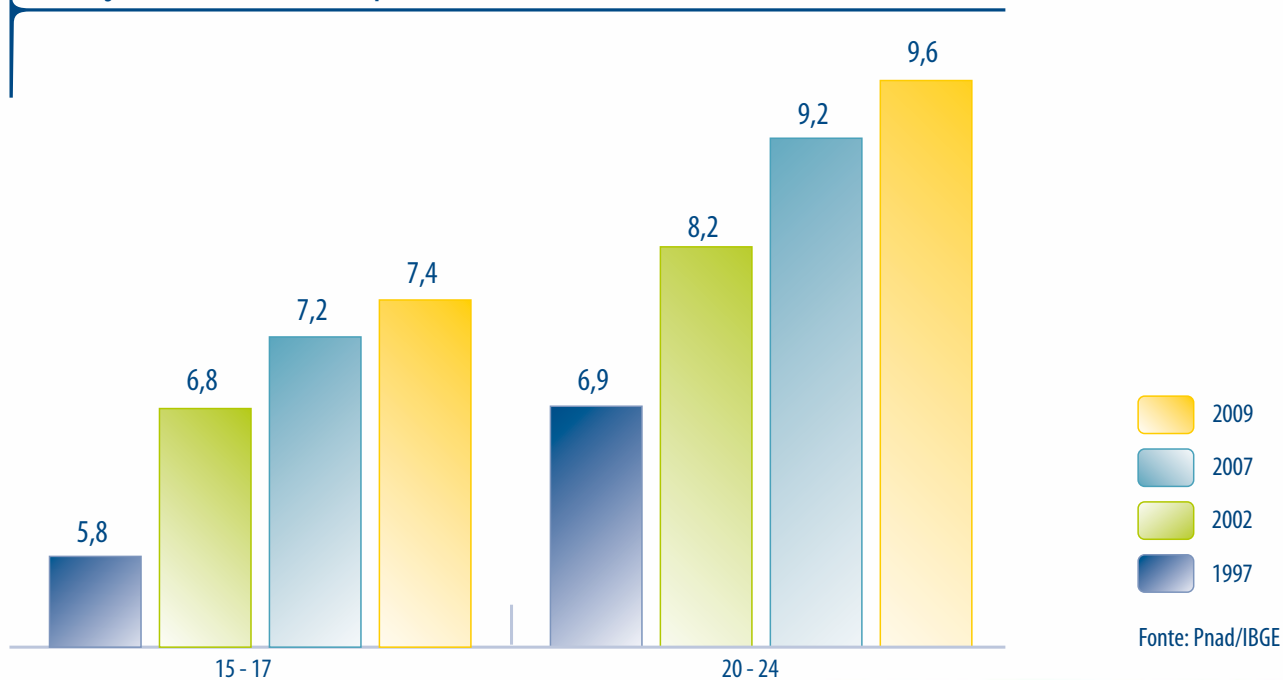
INDICADORES

Percentual que concluiu o ensino médio (por idade escolar)



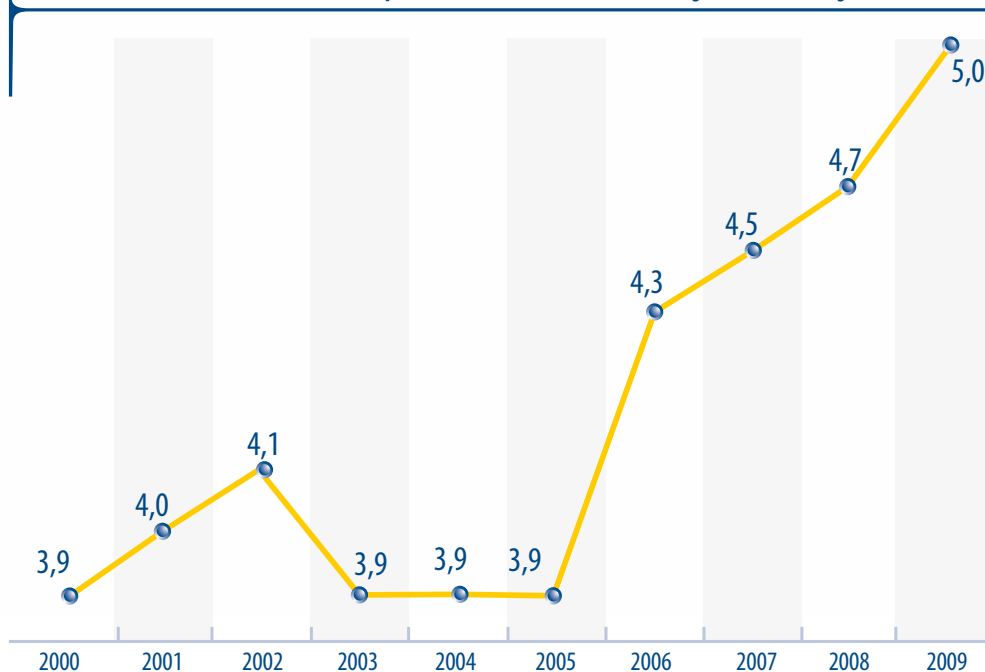
INDICADORES

Evolução da escolaridade (por faixa de idade escolar)



INDICADORES

Percentual do investimento público direto em educação em relação ao PIB*



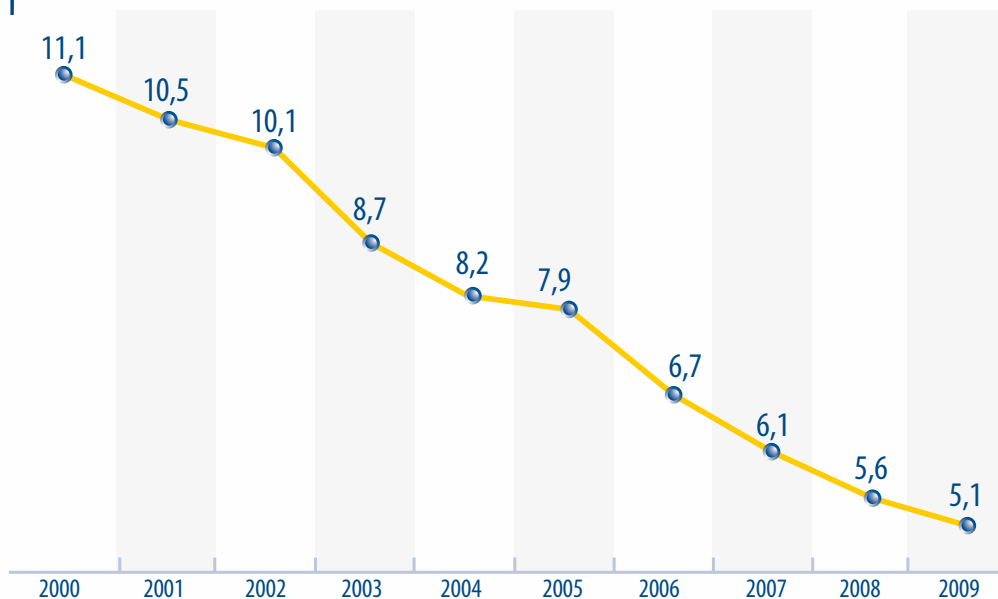
* Todos os níveis de ensino

Fonte: Inep/MEC

INDICADORES

Investimento público direto em educação por estudante

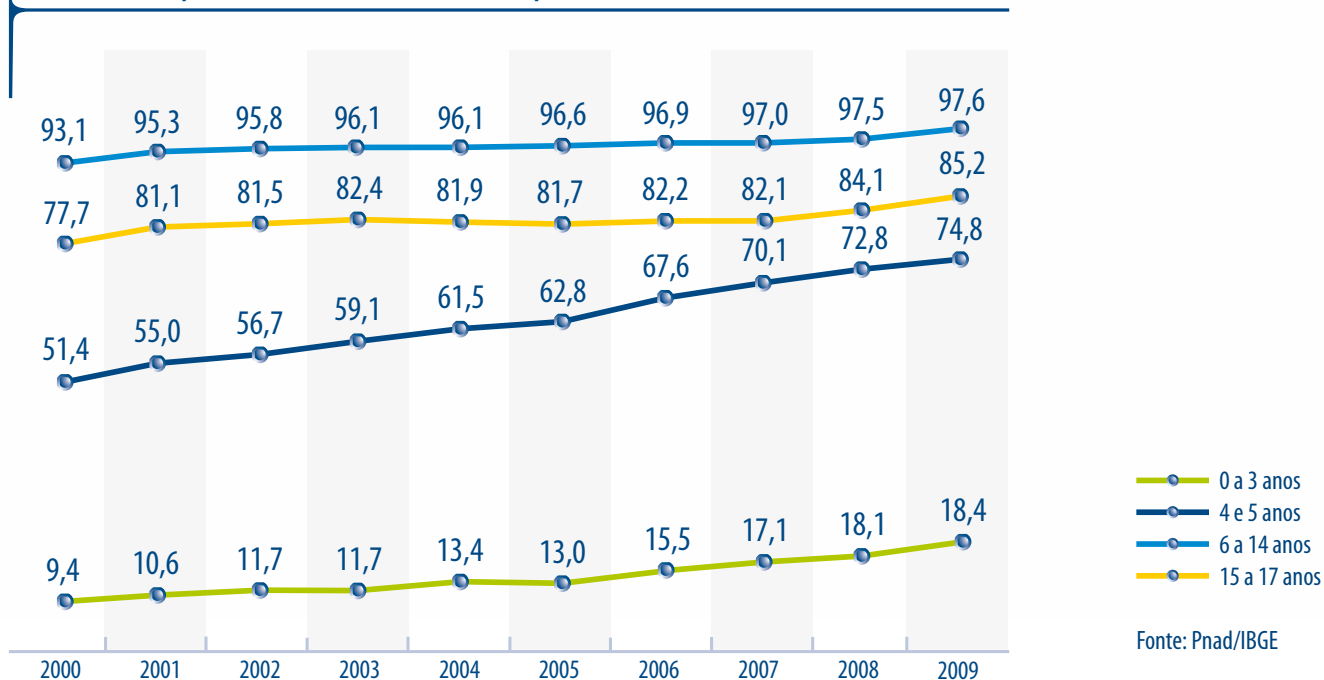
Razão da educação superior sobre a educação básica



Fonte: Inep/MEC

INDICADORES

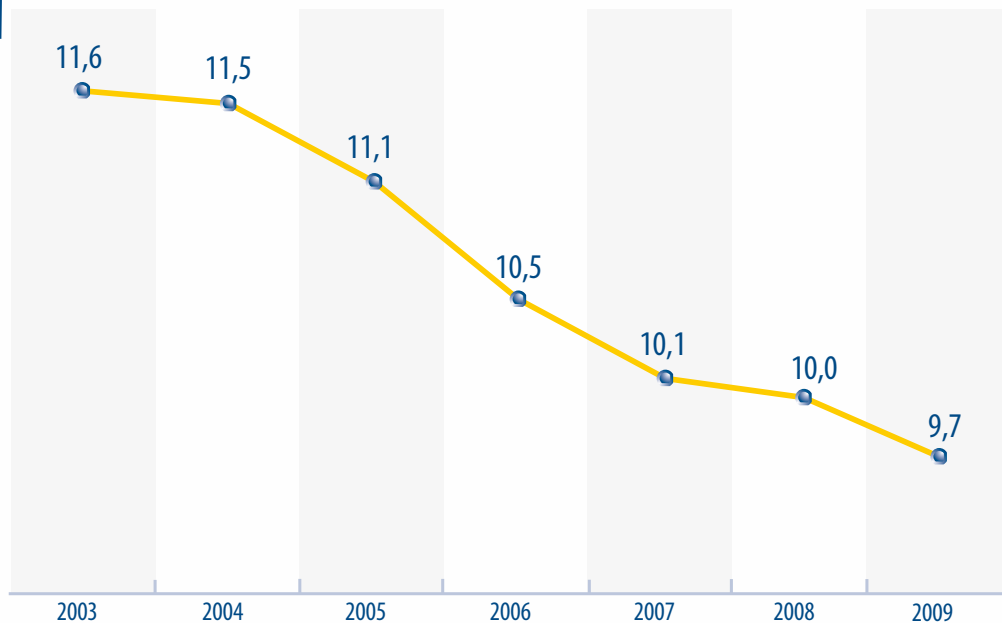
Taxa de frequência à escola ou creche (por faixa etária)



INDICADORES

Taxa de analfabetismo

Pessoas de 15 anos ou mais de idade



Fonte: Pnad/IBGE

IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007, é um indicador de qualidade educacional que combina informações sobre desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) com informações de rendimento escolar (aprovação). Varia em uma escala de 0 a 10 e a meta é que o índice chegue a 6 nos anos iniciais do ensino fundamental em 2021.

Ideb 2007, 2009 e projeções para o Brasil

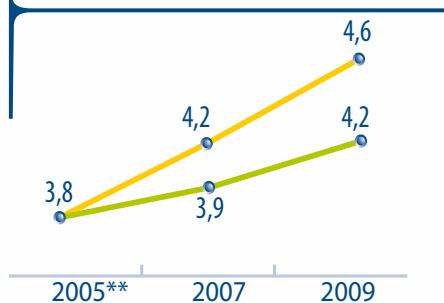
Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental			
Ideb Observado		Metas		Ideb Observado		Metas	
2007	2009	2009	2021	2007	2009	2009	2021
4,2	4,6	4,2	6	3,8	4,0	3,7	5,5

Ensino Médio			
Ideb Observado		Metas	
2007	2009	2009	2021
3,5	3,6	3,5	5,2

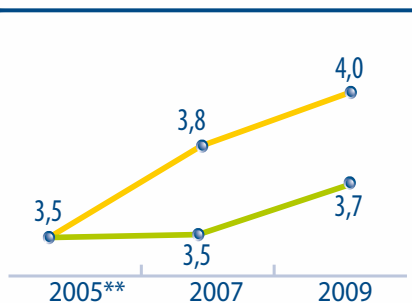
Fonte: Inep/MEC

IDEB

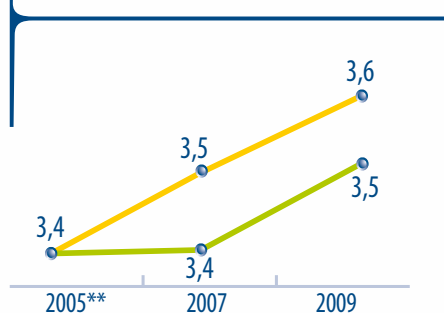
Ensino Fundamental – Anos Iniciais*



Ensino Fundamental – Anos Finais*



Ensino Médio*



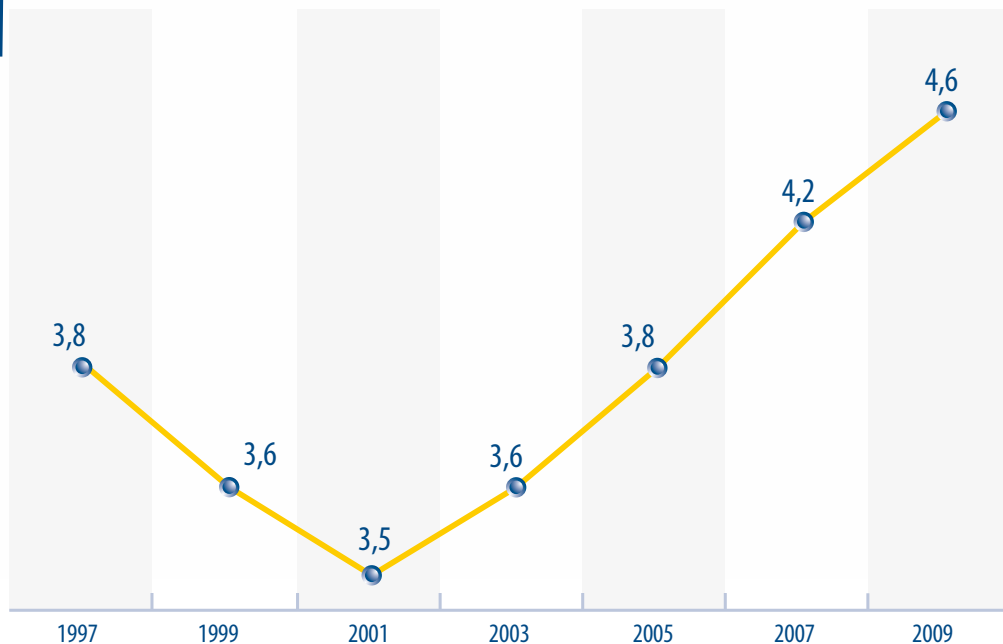
● Meta
● Observado

* Ensino regular, rede pública e privada
** Com as informações do Censo Escolar, Saeb e Prova Brasil foi possível calcular o Ideb para o ano de 2005, sobre o qual foram estabelecidas as metas

Fonte: Inep/MEC

IDEB

Evolução do Ideb – ensino fundamental



Para os anos de 1997 a 2003, como *proxy* para o cálculo do Ideb, foram utilizadas as informações de proficiência do Saeb

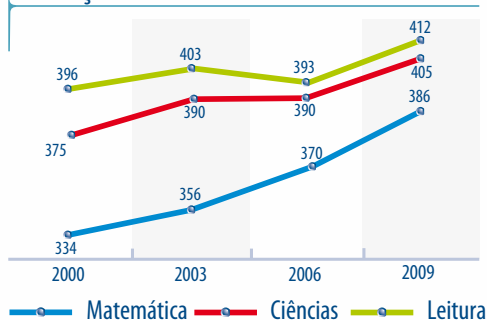
Fonte: Inep/MEC

PISA

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ALUNOS

O Pisa (na sigla em inglês) é um exame amostral, realizado a cada 3 anos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e coordenado, no Brasil, pelo Inep. Seu objetivo principal é fornecer aos países participantes indicadores que possam ser comparados internacionalmente, de modo a subsidiar políticas de melhoria da educação.

Evolução do Brasil



Países que mais evoluíram no Pisa

País	Média Geral (Pisa 2000)	Média Geral (Pisa 2009)	Diferença
LUXEMBURGO	443	482	39
CHILE	403	439	36
BRASIL	368	401	33
PORTUGAL	461	490	29
LIECHTENSTEIN	491	518	27
POLÔNIA	477	501	24
ALEMANHA	487	510	23
ISRAEL	440	459	19
ALBÂNIA	369	384	15
GRÉCIA	460	473	13
ITÁLIA	474	486	12
SUIÇA	506	517	11
MÉXICO	410	420	10
INDONÉSIA	377	385	8
HUNGRIA	488	496	8
FINLÂNDIA	540	543	3

O Brasil aparece entre os 3 países que mais evoluíram na educação básica nesta década.

Entre as nações latino-americanas, superou a Argentina e a Colômbia.

Fonte: Inep/MEC

PISA

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ALUNOS

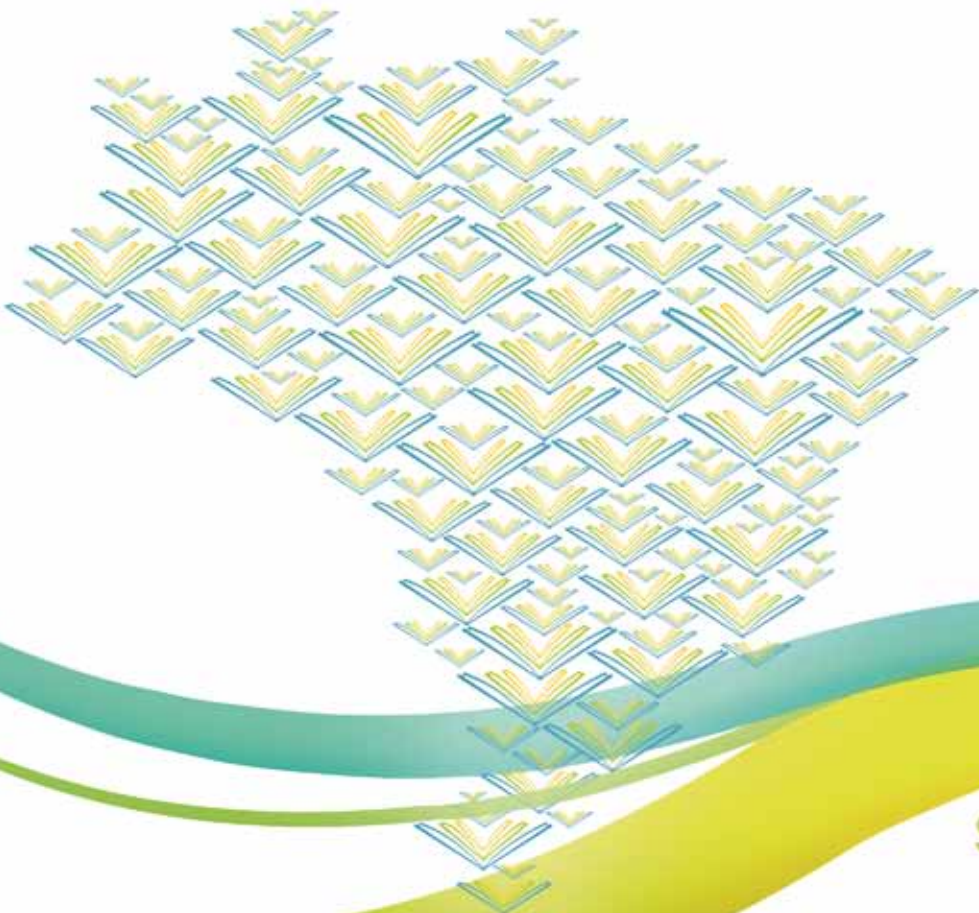
Desempenho do aluno brasileiro conforme a esfera administrativa da escola – 2009

	Leitura	Matemática	Ciências
Pública federal	535	521	528
Privada	516	486	505
Pública não federal	398	372	392

Desempenho nos estados – 2009

Estado	Média Geral	Estado	Média Geral
1. DISTRITO FEDERAL	439	14. BAHIA	382
2. SANTA CATARINA	428	15. TOCANTINS	382
3. RIO GRANDE DO SUL	424	16. PERNAMBUCO	381
4. MINAS GERAIS	422	17. AMAPÁ	378
5. PARANÁ	417	18. CEARÁ	376
6. ESPÍRITO SANTO	414	19. PARÁ	376
7. SÃO PAULO	409	20. RORAIMA	376
8. RIO DE JANEIRO	408	21. PIAUÍ	374
9. MATO GROSSO DO SUL	404	22. SERGIPE	372
10. GOIÁS	402	23. ACRE	371
BRASIL	401	24. AMAZONAS	371
11. RONDÔNIA	392	25. RIO GRANDE DO NORTE	371
12. MATO GROSSO	389	26. MARANHÃO	355
13. PARAÍBA	385	27. ALAGOAS	354

Fonte: Inep/MEC



EDUCAÇÃO BÁSICA

SINOPSE DAS AÇÕES
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO BÁSICA

No período de 2003 a 2010, diversas ações foram implantadas com o objetivo de combater os principais problemas da educação básica brasileira: baixo aprendizado e elevada distorção idade-série.

Essas ações desenvolvidas pelo governo federal buscaram fortalecer um sistema educacional articulado, integrado e gerido em colaboração entre União, estados e municípios, com recursos progressivos e que conferiu prioridade a todas as etapas da educação. Desse modo, o ciclo da educação básica brasileira foi redesenhado. O ensino fundamental foi ampliado para nove anos e a educação tornou-se obrigatória dos 4 aos 17 anos, abrangendo, portanto, a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Para promover a viabilidade e a sustentabilidade desse sistema, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo foi responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, buscando o aprimoramento do regime de colaboração federativa e a efetiva participação da sociedade brasileira como coautora no processo de educação. Isso exigiu um instrumento jurídico que permitisse inaugurar um novo regime de colaboração, um compromisso fundado em diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, voltadas para a melhoria da qualidade da educação e o fortalecimento da escola pública – o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que garante a sustentabilidade das ações que o compõem, a partir da elaboração de um Plano de Ações Articuladas (PAR).

EDUCAÇÃO BÁSICA

Como principais medidas adotadas, no âmbito do PDE, centradas na busca pela qualidade da educação básica pública, podem ser citados: ampliação dos programas de apoio e assistência ao aluno e à escola; melhoria de instalações, equipamentos e mobiliários escolares; formação de professores e valorização do magistério; atendimento em turno integral; promoção do uso pedagógico das tecnologias de informação; definição de novas orientações curriculares; implantação de tecnologias voltadas para a correção de fluxo; inclusão escolar dos alunos público-alvo da educação especial; melhoria da qualidade das informações que orientam as políticas de apoio aos estados e municípios; e maior precisão no diagnóstico da avaliação do desempenho dos alunos para a elaboração de políticas públicas.

Para fazer frente às novas demandas, o orçamento da educação foi ampliado, passando por grandes mudanças desde 2003, tais como: institucionalização do Fundeb em substituição ao Fundef, distribuição de parte dos recursos da contribuição social do Salário-Educação diretamente aos municípios e o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

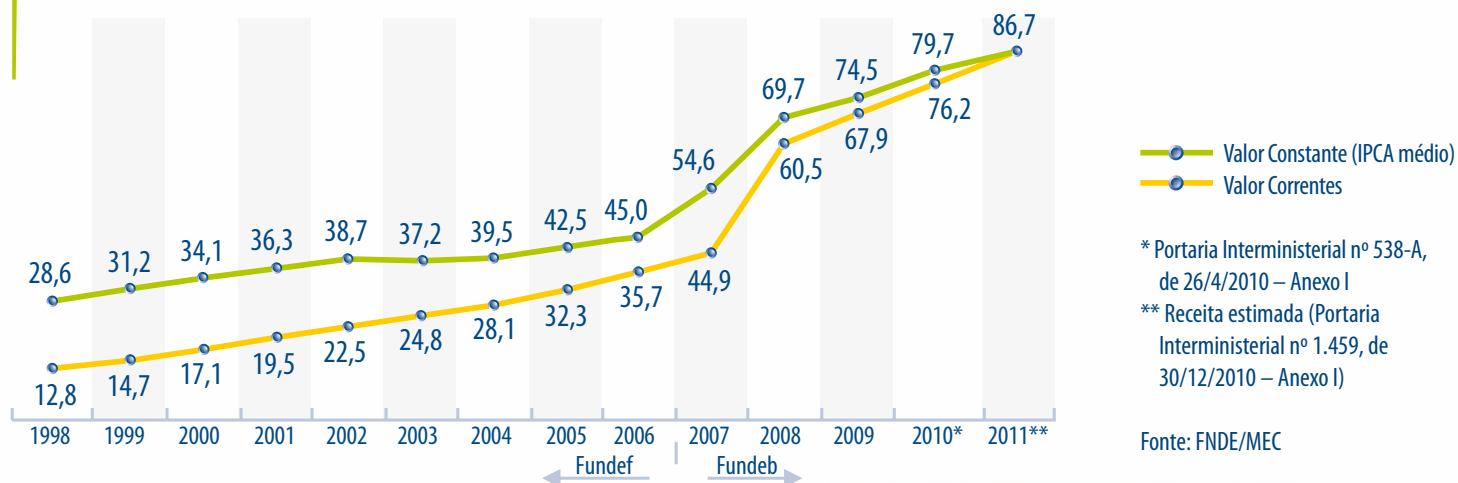
Duas importantes emendas à Constituição Federal aprovadas:

- EC nº 53, de 2006
 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
 - Piso salarial nacional para o magistério da rede pública.
 - Extensão do Salário-Educação para toda a educação básica pública.
- EC nº 59, de 2009
 - Fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU).
 - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade até 2016.
 - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB, por meio da lei do Plano Nacional de Educação.
 - Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

FUNDEB

Substitui o antigo Fundef. A partir de 2007, financia todas as etapas da educação básica brasileira – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. O fundo assegura a redistribuição de recursos financeiros, concorrendo para inclusão socioeducacional, com valorização do magistério e melhoria qualitativa da educação.

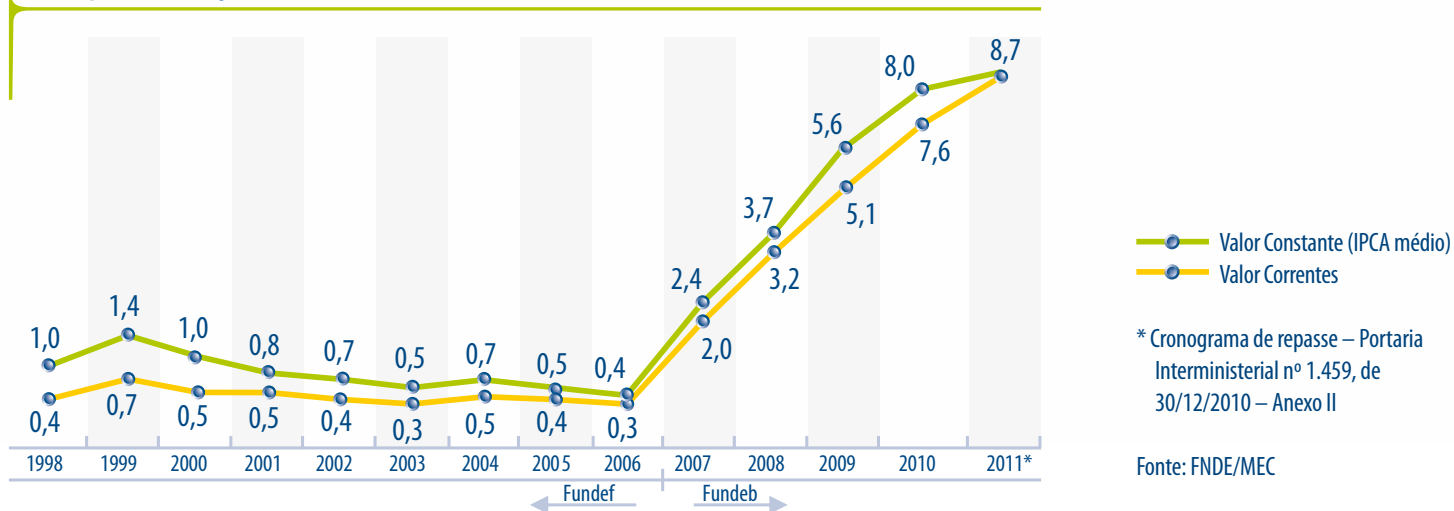
Receita dos estados e municípios (R\$ bilhões)



FUNDEB

O Fundo impõe à União a responsabilidade de complementação aos estados em que o valor por aluno mostrar-se inferior ao valor mínimo por aluno por ano definido nacionalmente. Em 2010, a União aportou ao fundo R\$7,6 bilhões, destinados a nove estados (AL, AM, BA, CE, MA, PA, PB, PE e PI), contribuindo dessa forma para equalizar o investimento por aluno nos diferentes estados do Brasil.

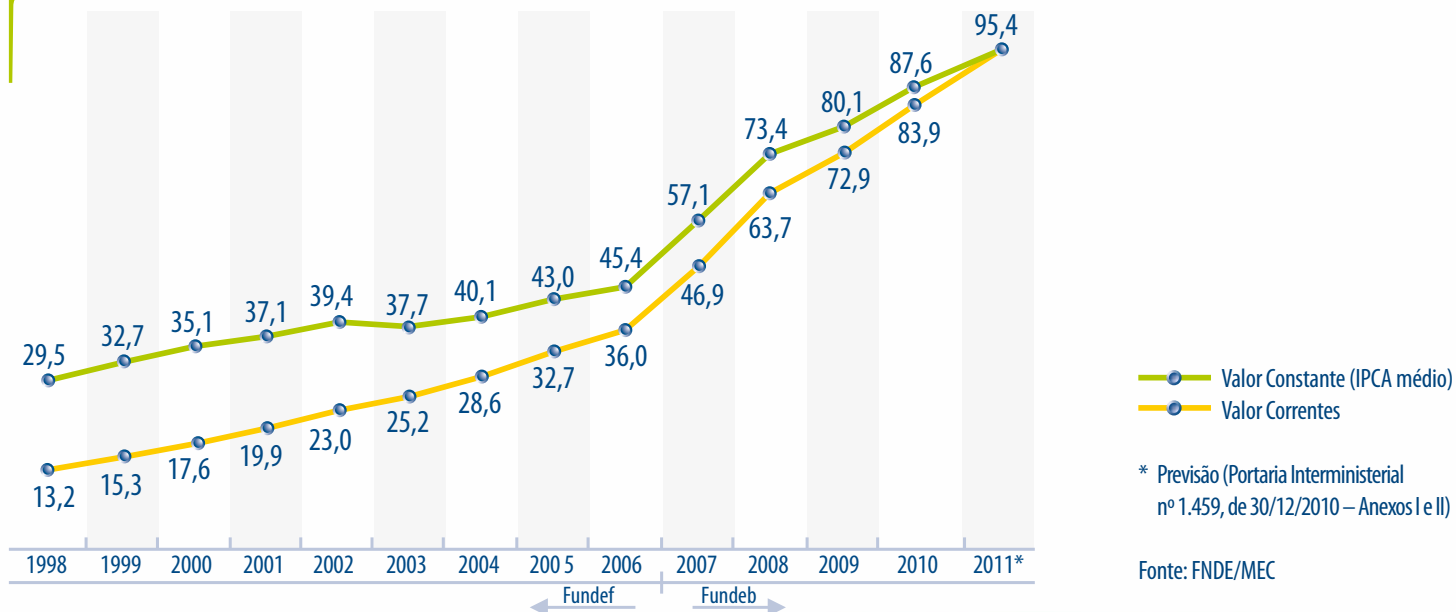
Complementação da União (R\$ bilhões)



FUNDEB

Em 2010, o Fundo beneficiou o contingente de 44,6 milhões de alunos, tendo redistribuído o total de R\$83,9 bilhões.

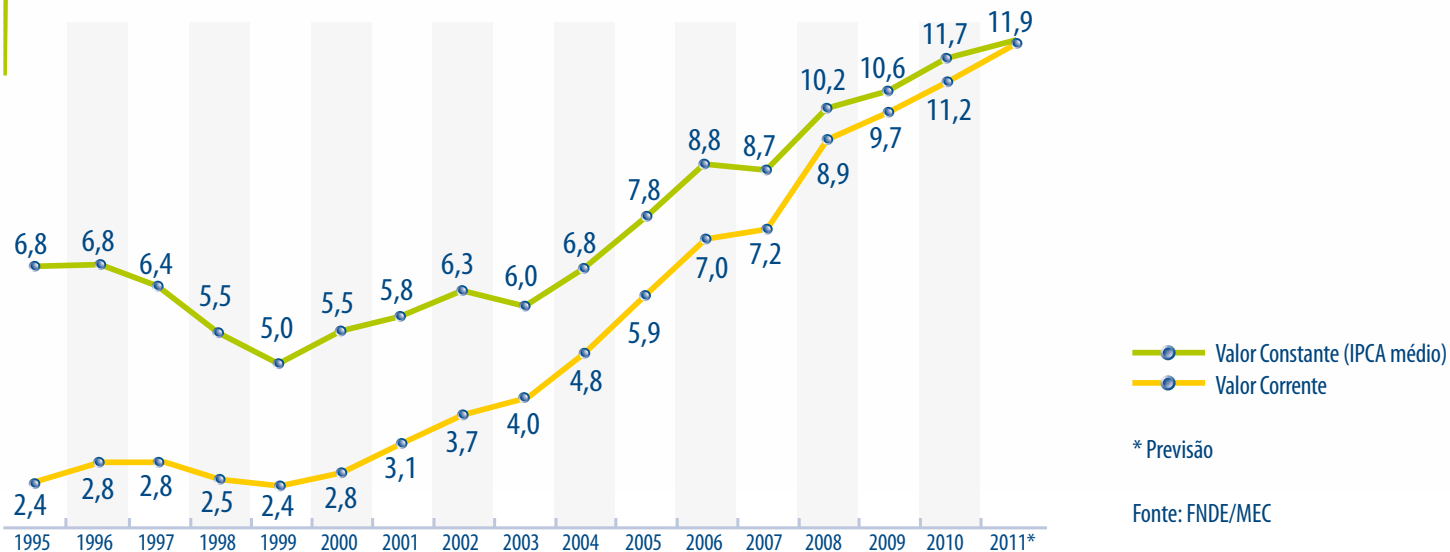
Totais de Recursos do Fundeb (R\$ bilhões)



SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Os recursos da contribuição social do Salário-Educação, antes destinados apenas ao ensino fundamental, podem agora financiar toda a educação básica, da creche ao ensino médio.

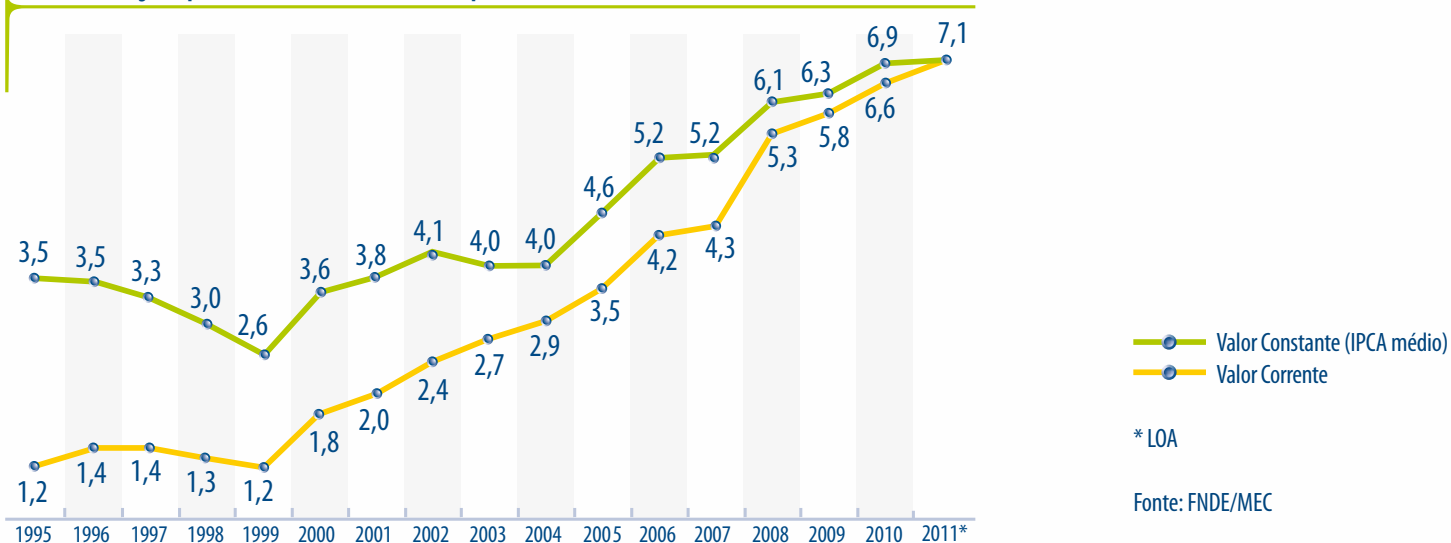
Arrecadação bruta (R\$ bilhões)



SALÁRIO-EDUCAÇÃO

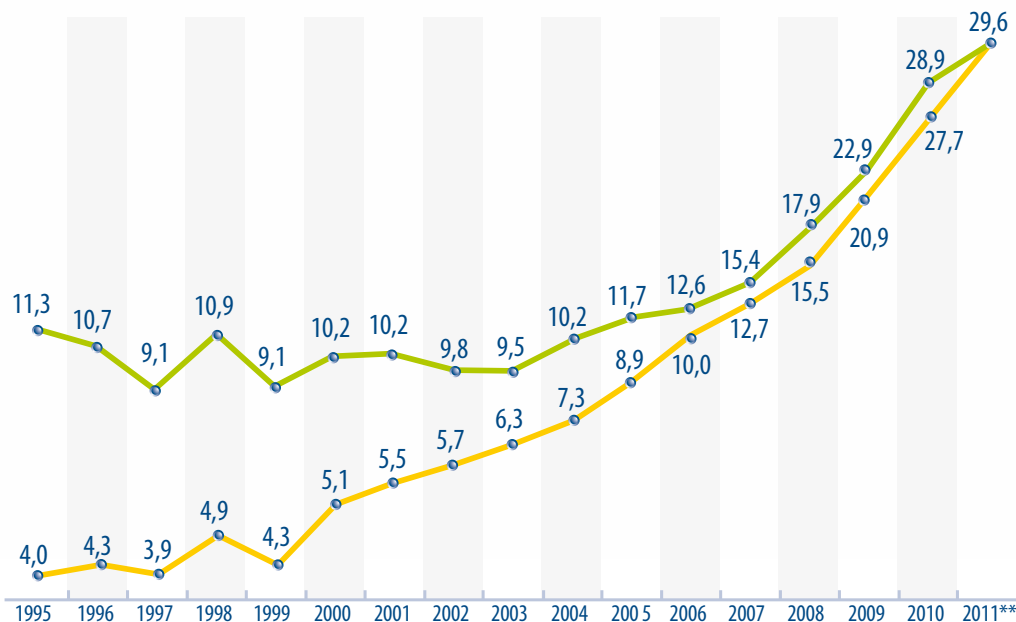
Em dezembro de 2003 (Lei nº 10.832), a distribuição do Salário-Educação foi modificada, o que permitiu que os municípios recebessem diretamente parte do montante de recursos que anteriormente era destinada somente aos estados. De 2003 a 2010, do montante arrecadado, 60% foram repassados sob a forma de Quota Estadual e Municipal.

Distribuição para estados e municípios (R\$ bilhões)



ORÇAMENTO DO FNDE*

A evolução do orçamento do FNDE aponta para um aumento significativo do aporte de recursos para a educação básica. De 2003 a 2010, o orçamento triplicou, passando de R\$9,5 bilhões para R\$28,9 bilhões.



- Valor constante (IPCA médio)
- Valor corrente

* Dotações orçamentárias exclusivas do FNDE. Inclui Fies e Salário-Educação. Nos exercícios de 1995 a 1997 foram somados os orçamentos da extinta Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – R\$ bilhões

** Previsão

Fonte: FNDE/MEC

PROVA BRASIL

Criada em 2005, a Prova Brasil avalia, a cada dois anos, os alunos da 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental da rede pública, por meio da aplicação de provas de língua portuguesa e matemática. Com isso, fornece um diagnóstico do nível de aprendizagem dos alunos de cada unidade escolar e de cada município. As informações produzidas por esta avaliação esclarecem à sociedade alguns dos resultados do processo de ensino e aprendizagem de todo o país.



Fonte: Inep/MEC

PROVINHA BRASIL

Avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras.

2008 – Foi aplicada a 1ª edição desta avaliação. Nesse ano, cerca de 4.681 municípios e 22 unidades federativas receberam do MEC/FNDE o material impresso e as demais secretarias de educação puderam fazer o *download* do material na página do Inep.

2009 – Os instrumentos de avaliação foram distribuídos para a totalidade dos estados e municípios, beneficiando mais de 3,5 milhões de alunos.

2010 – O kit da Provinha Brasil foi distribuído para todas as redes públicas, municipais e estaduais, de modo a atender a mais de 211 mil turmas e 3,9 milhões de alunos.

ENEM

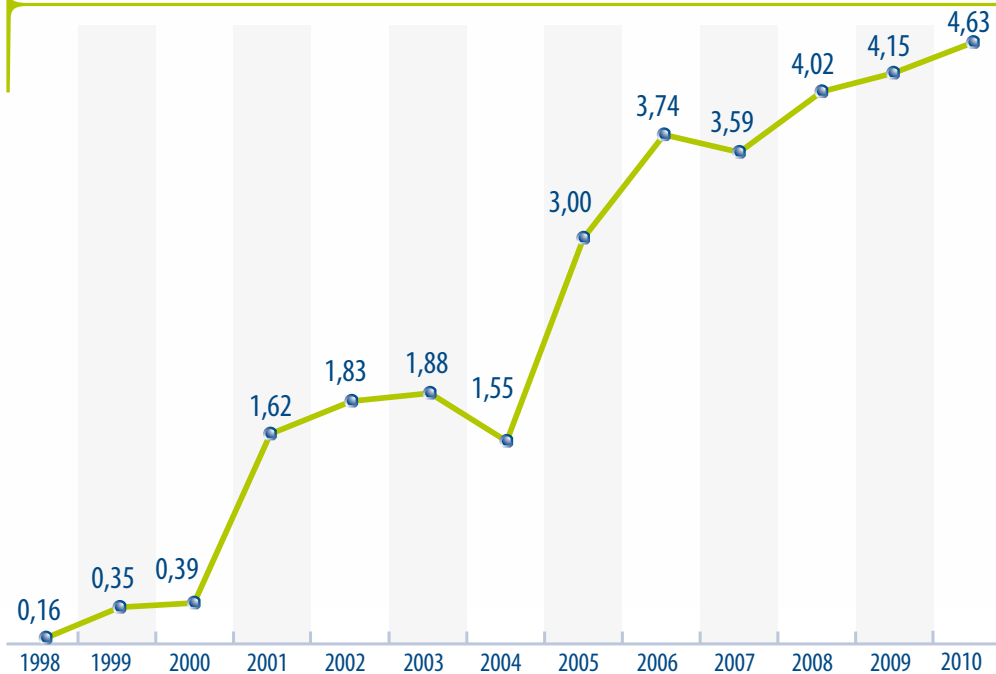
O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho de alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Atualmente é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni) e por cerca de 500 universidades que já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior.

Em 2009 a Teoria da Resposta ao Item (TRI) foi implementada no Enem. Uma das vantagens do uso dessa teoria é permitir que alunos que realizaram provas diferentes tenham seus resultados comparados, possibilitando o acompanhamento do desempenho dos alunos ao longo dos anos.

A TRI é um conjunto de modelos que relacionam a probabilidade de um aluno apresentar determinada resposta a um item, com sua proficiência e com as características (parâmetros) do item. A medida de proficiência leva em consideração não somente o número de acertos, mas também o padrão de resposta do aluno.

ENEM

Inscritos no Enem (milhões)



Fonte: Inep/MEC

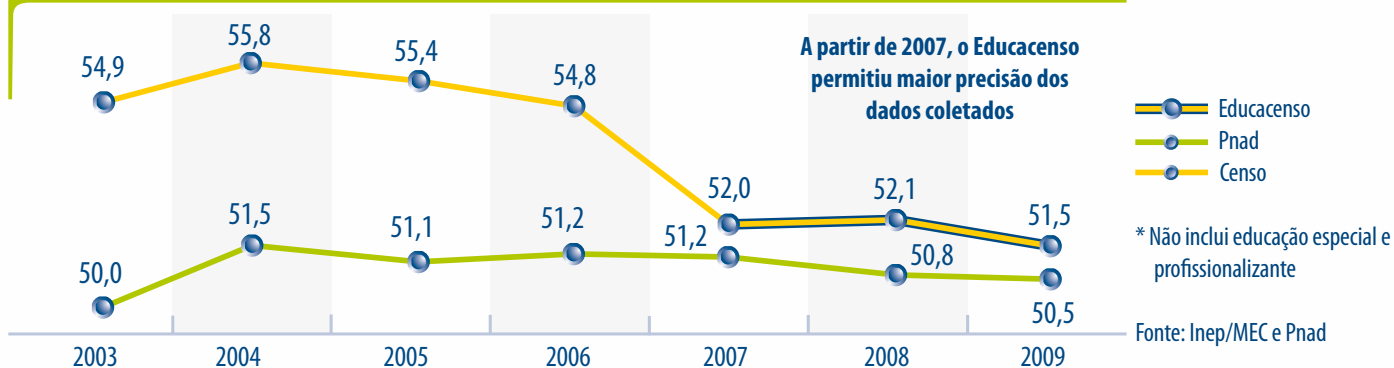
EDUCACENSO

O Educacenso, criado em 2007, é uma radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro. A ferramenta permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada. Todo o levantamento é feito pela internet.

A partir dos dados do Educacenso, é calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e planejada a distribuição de recursos para alimentação, transporte escolar e livros didáticos, entre outros.

Em 2010, o Educacenso apurou 50,4 milhões de matrículas na educação básica.

Comparação das matrículas da educação básica* (em milhões)



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)

Sistema integrado por universidades públicas, criado em 2005, que oferece cursos de nível superior, por meio do uso da metodologia da educação à distância. Os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

Atualmente o sistema conta com mais de 145 mil matrículas ativas, com 586 polos em funcionamento e 92 instituições participantes do sistema UAB.

Fonte: Capes/MEC

PIBID

Criado em 2007, o programa de incentivo e valorização do magistério oferece bolsas para que alunos de cursos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de ensino fundamental e médio.

	2007	2009*	2010*
Bolsas para alunos de licenciatura	2.326	11.208	13.649
Bolsas para coordenadores	259	816	981
Bolsas para supervisores	503	1.670	2.084
Total	3.088	13.694	16.714

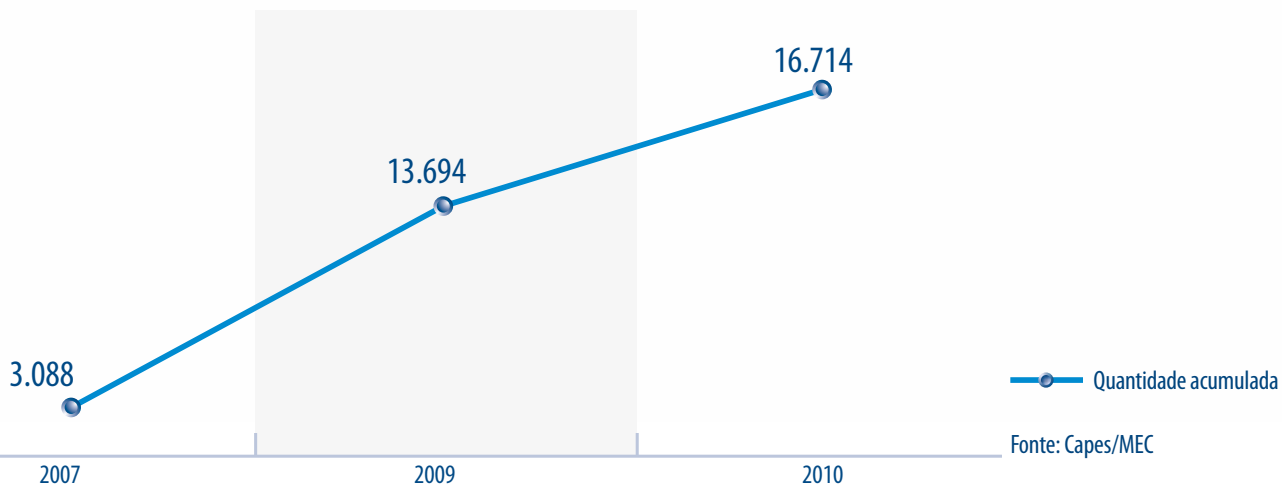
*Quantidade acumulada

Fonte: Capes/MEC

PIBID

O Pibid distingue-se de outras políticas anteriormente implementadas por permitir maior interação entre os diversos atores sociais ligados à educação pública: alunos, professores, estudantes de cursos superiores de licenciatura e seus professores. São 124 IES participantes e 1.267 escolas beneficiadas pela ação dos bolsistas.

Bolsas Pibid aprovadas

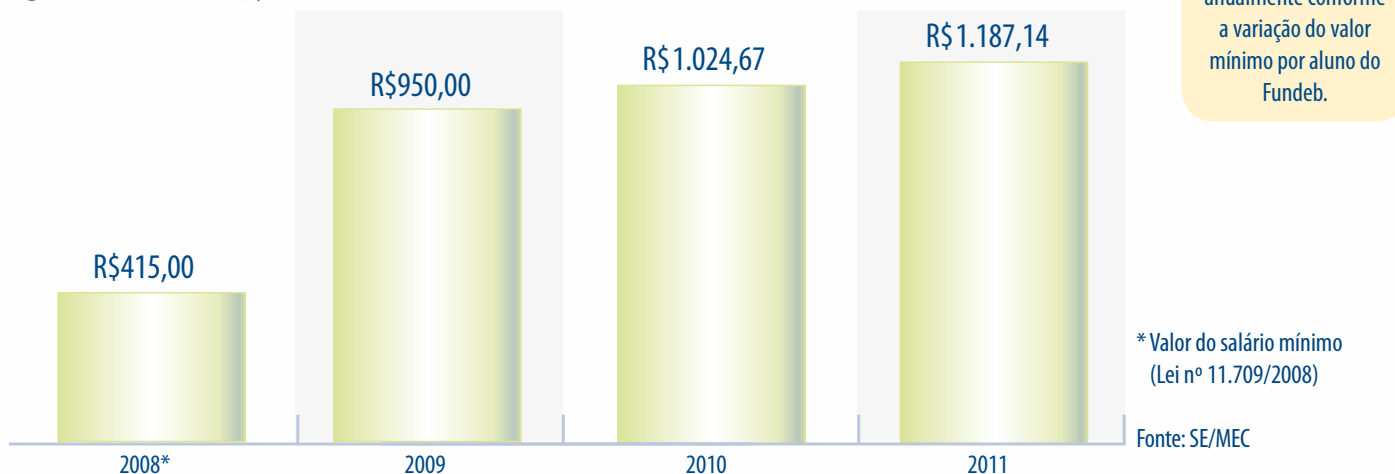


PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO

Beneficia os profissionais do magistério público da educação básica dos estados, municípios, DF e União (professores, diretores e coordenadores pedagógicos).

É a primeira categoria a ter um piso salarial nacional definido na Constituição Federal.

Regulamentado em 2008, por meio da Lei nº 11.738.



PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, implementado em 2007 por meio do Decreto nº 6.094, estabelece 28 diretrizes e um conjunto de metas a ser atingidas por cada escola, cada município e cada estado, pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes. É a conjugação dos esforços da União, estados, Distrito Federal e municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

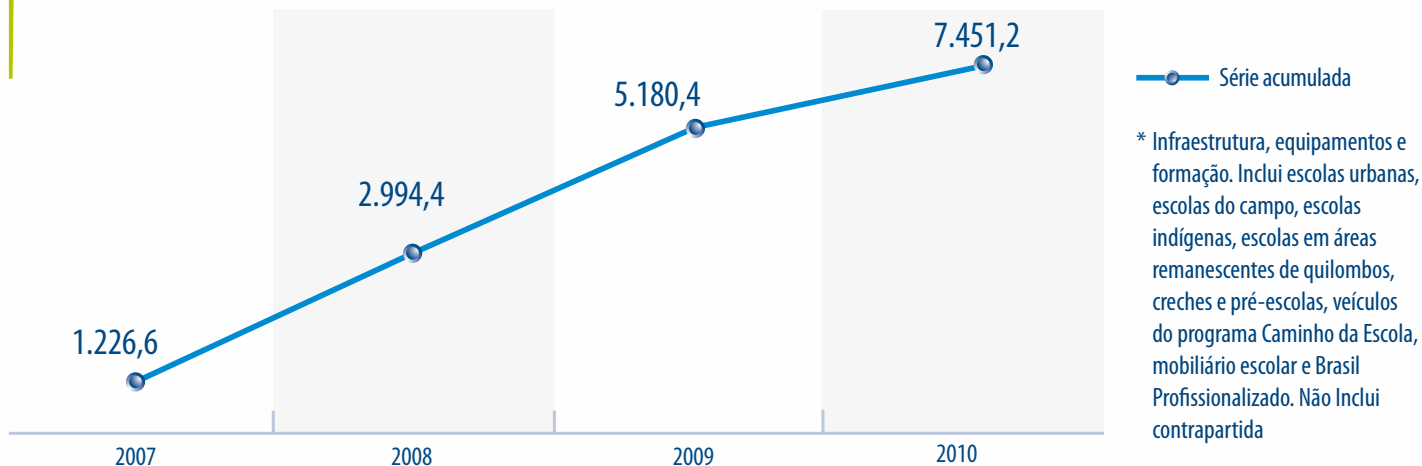
Todos os entes federados aderiram ao Plano de Metas

O apoio da União aos entes federados ocorre mediante a elaboração de um Plano de Ações Articuladas (PAR), orientado a partir dos seguintes eixos: gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, recursos pedagógicos e infraestrutura física.

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)

A partir da adesão do ente federado ao Plano de Metas, os convênios unidimensionais e efêmeros dão lugar aos Planos de Ações Articuladas (PAR), de caráter plurianual. Portanto, todas as transferências voluntárias e assistência técnica do Ministério da Educação aos entes federados estão vinculadas à adesão ao Plano de Metas e à elaboração do PAR, instrumentos fundamentais para a melhoria do Ideb.

Recursos conveniados com estados e municípios* (R\$ milhões)

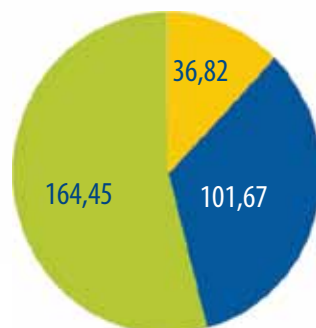


PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)

Como um conjunto articulado de ações que visa ao cumprimento das metas do Compromisso Todos pela Educação, o PAR estabeleceu com estados e municípios ações de assistência técnica e financeira voltadas também para a educação em áreas indígenas, em áreas remanescentes de quilombo e no campo.

Recursos conveniados* (R\$ milhões)

Construção de escolas da diversidade 2007 a 2010



Total conveniado no período de 2007 a 2010: R\$302,9 milhões.

- Áreas remanescentes de quilombo
- Áreas indígenas
- Campo

* Inclui convênios com estados e municípios e não inclui contrapartida

Fonte: FNDE/MEC

PROINFÂNCIA

Iniciado em 2007, o programa prevê construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil, por meio de assistência financeira aos municípios e Distrito Federal. Tem ainda um componente pedagógico, visando a fortalecer a identidade educacional do programa, vinculando-o a ações de assessoramento técnico-pedagógico aos municípios conveniados para a execução do programa.

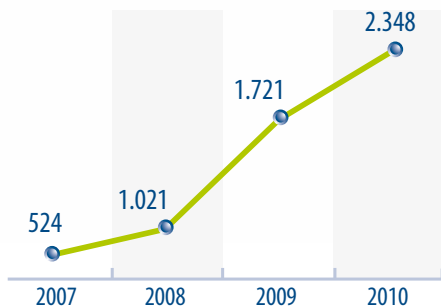
Proinfância	2007	2008	2009	2010	Total
Municípios beneficiados	505	470	642	593	2.151*
Unidades conveniadas	524	497	700	627	2.348
Valor conveniado (R\$ milhões)	371,6	351,5	758,2	709,1	2.190,4

* A soma do período contemplou cada município somente uma vez

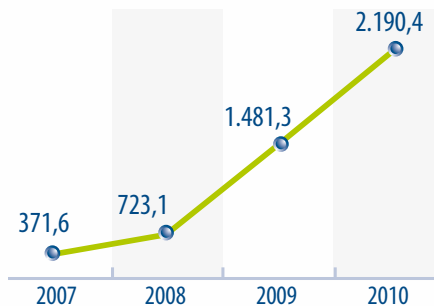
Fonte: FNDE/MEC

PROINFÂNCIA

Unidades conveniadas para construção



Recursos conveniados (R\$ milhões)



● Série acumulada

Fonte: FNDE/MEC

CAMINHO DA ESCOLA

Programa criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.

Em 2010, foi iniciada a distribuição de lanchas escolares, por meio de doação aos municípios, permitindo renovação, ampliação e padronização da frota de transporte aquático; e foi também oferecida aos estados, municípios e Distrito Federal a alternativa de aquisição de bicicletas escolares a partir de pregão eletrônico para registro de preços, permitindo melhores condições para alunos que residem em áreas de difícil acesso pelos transportes coletivos.

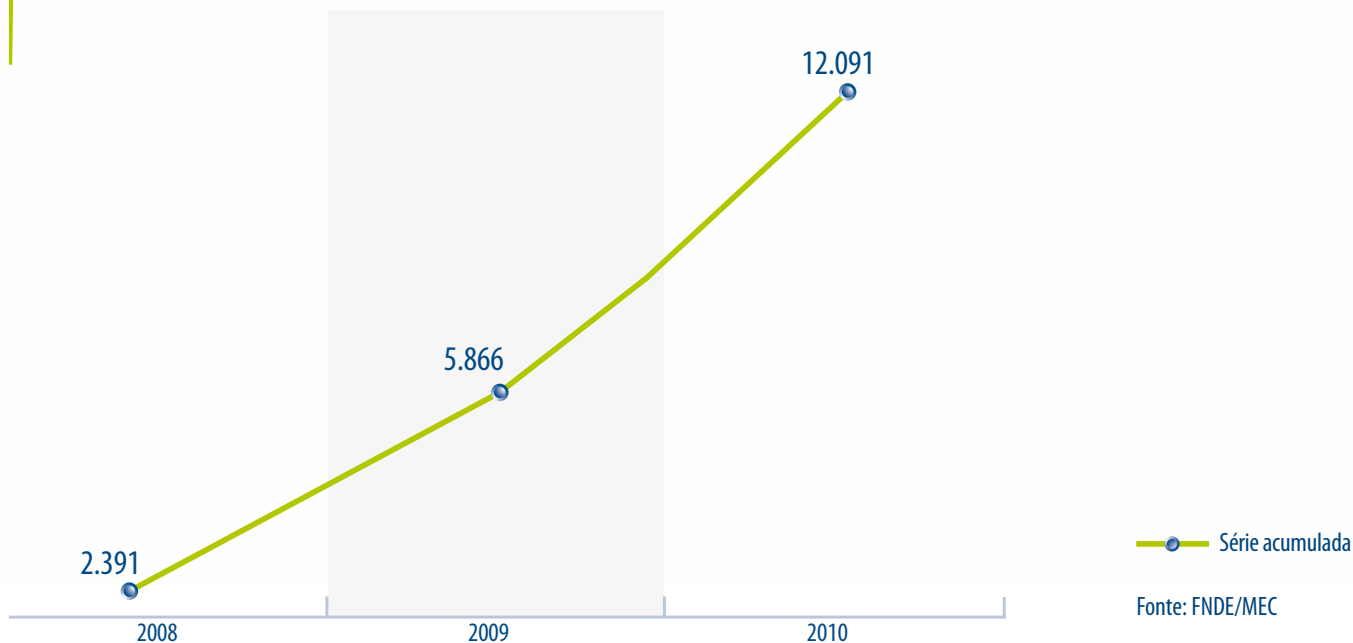
Ônibus	2008	2009	2010	Total
Municípios que aderiram	1.134	2.103	2.354	3.826*
Veículos adquiridos	2.391	3.475	6.225	12.091
Recursos (R\$ milhões)	339,0	586,1	1.136,6	2.061,7

* A soma contemplou cada município somente uma vez

Fonte: FNDE/MEC

CAMINHO DA ESCOLA

Número de ônibus adquiridos



PROINFO

Uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na rede pública de educação básica. Reformulado em 2007, com a ampliação do seu escopo, o programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais digitais, bem como oferta cursos de formação continuada aos professores e gestores das escolas, voltados para o uso didático-pedagógico das TICs.

Número de laboratórios ProInfo adquiridos



PROINFO

Capacitação de docentes e conteúdos educacionais digitais

497,2 mil professores e gestores capacitados por meio dos programas de formação voltados para a tecnologia aplicada à educação até 2010.

R\$47,2 milhões conveniados para a produção de conteúdos educacionais digitais multimídia.

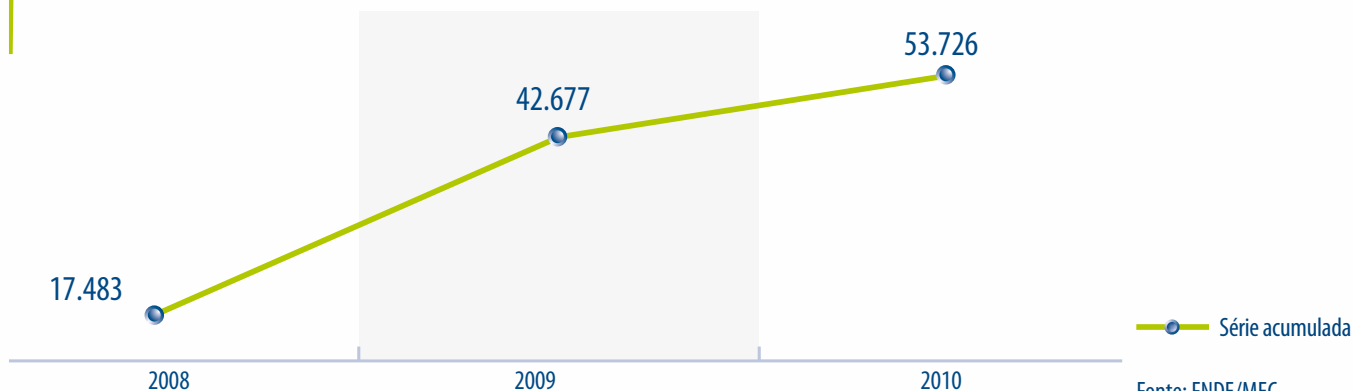
DVD-Escola: 307,7 mil coleções distribuídas até 2010.

Fonte: Seed/MEC

BANDA LARGA NAS ESCOLAS

Conectar todas as escolas públicas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país. Resultado de um acordo entre governo e operadoras de telefonia do país, o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) tem como objetivo universalizar e democratizar o acesso à informação e inclusão digital de professores e alunos.

Número de escolas conectadas à internet



PROUCA UM COMPUTADOR POR ALUNO

O Programa Um Computador por Aluno (Prouca), criado pela Lei nº 12.249/2010, com o apoio do Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional (Recompe), integra a política de tecnologia educacional do Ministério da Educação e tem por objetivo promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino, por meio da aquisição de computadores portáteis (notebooks) pelos estados, Distrito Federal e municípios, com recurso próprio ou financiamento pelo BNDES.

Em 2010, foram adquiridos 150 mil notebooks com investimento de R\$82 milhões.

Fonte: Seed/MEC

MOBILIÁRIO ESCOLAR

O programa, iniciado em 2009, tem por objetivo renovar e padronizar o mobiliário escolar no país, garantindo qualidade e conforto para estudantes e professores nas salas de aula e contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas da rede pública de educação básica.

O mobiliário é formado pelos conjuntos do aluno (carteira e cadeira), do professor (mesa e cadeira) e por mesa acessível.

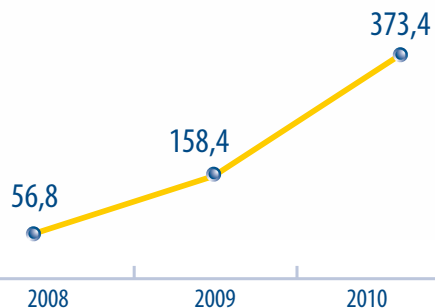
Aquisições em 2010		
	Quantidade	Recursos
Conjunto Aluno – tamanho 3	239.938	R\$35,7 milhões
Conjunto Aluno – tamanho 4	535.681	R\$80,7 milhões
Conjunto Aluno – tamanho 6	574.476	R\$88,8 milhões
Conjunto Professor	70.415	R\$13,1 milhões
Mesa Acessível	20.605	R\$2,7 milhões
Total	1.441.115	R\$221,1 milhões

Fonte: FNDE

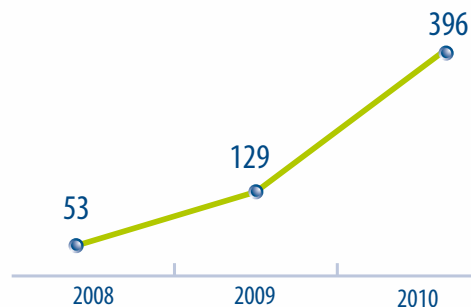
MAIS EDUCAÇÃO

Criado em 2007, o programa Mais Educação promove a educação integral por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar, com vistas a ampliação do tempo e do espaço educativo das redes de ensino públicas.

Recursos repassados (R\$ milhões)



Municípios beneficiados

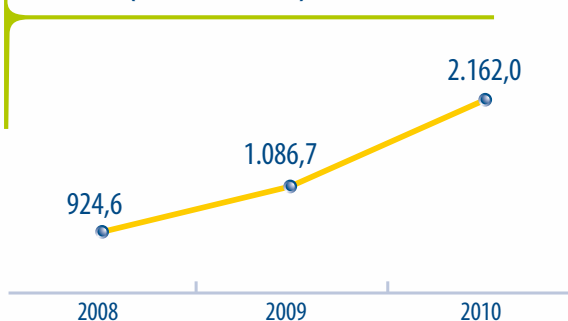


Fonte: Secad/MEC

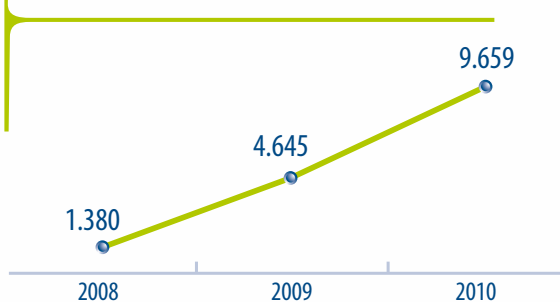
MAIS EDUCAÇÃO

O Mais Educação fomenta atividades educativas nos campos de acompanhamento pedagógico, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, comunicação e uso das mídias, direitos humanos, educação ambiental, promoção da saúde, investigação no campo das ciências da natureza e educação.

Alunos (em milhares)



Escolas beneficiadas

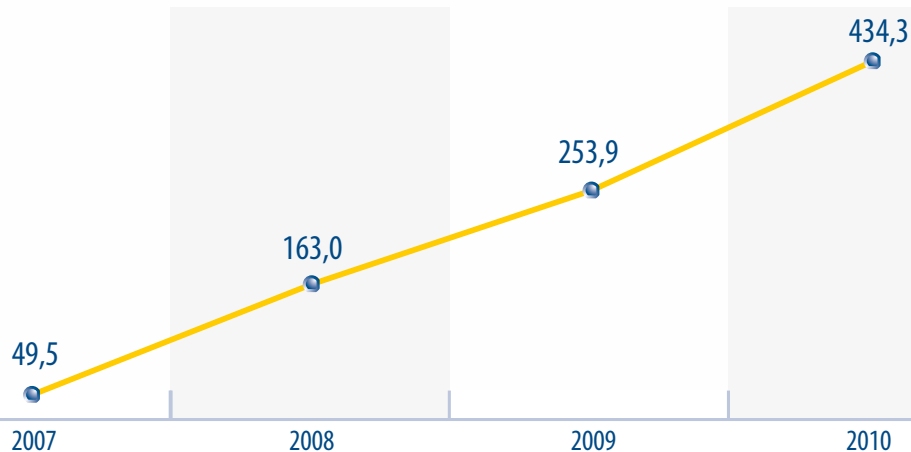


Fonte: Secad/MEC

PDE-ESCOLA

O programa tem por objetivo fortalecer a autonomia da gestão escolar a partir de um diagnóstico dos desafios de cada escola e da definição de um plano para a melhoria dos resultados com foco na aprendizagem dos alunos. Em 2007, o programa foi reformulado com revisão da metodologia, ampliação do atendimento e alteração do critério de seleção das escolas (Ideb).

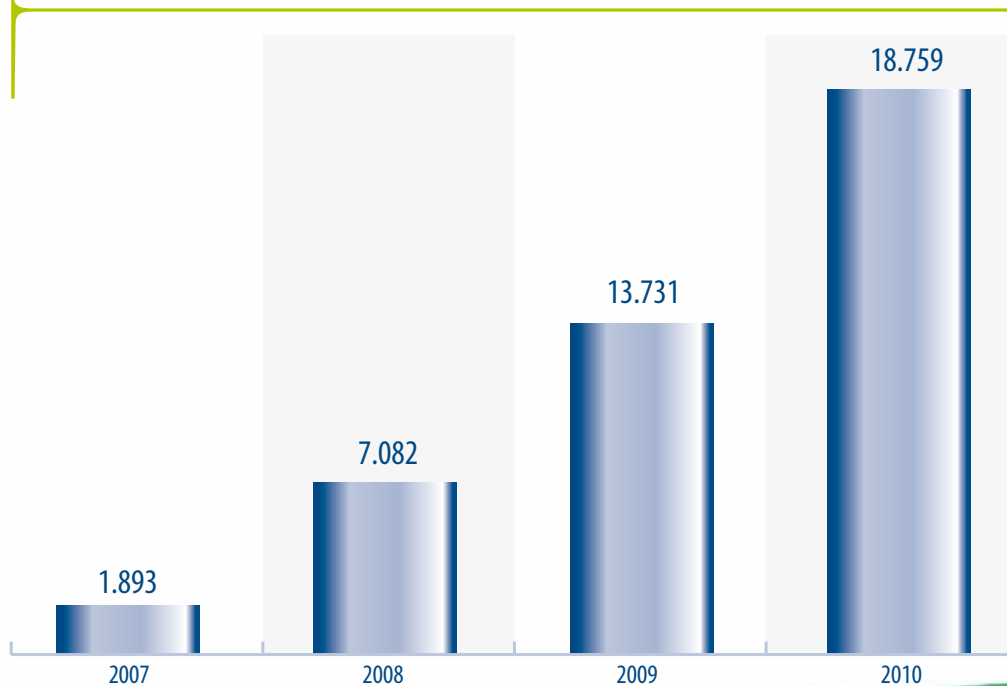
Recursos repassados (R\$ milhões)



Fonte: SEB e FNDE/MEC

PDE-ESCOLA

Escolas atendidas



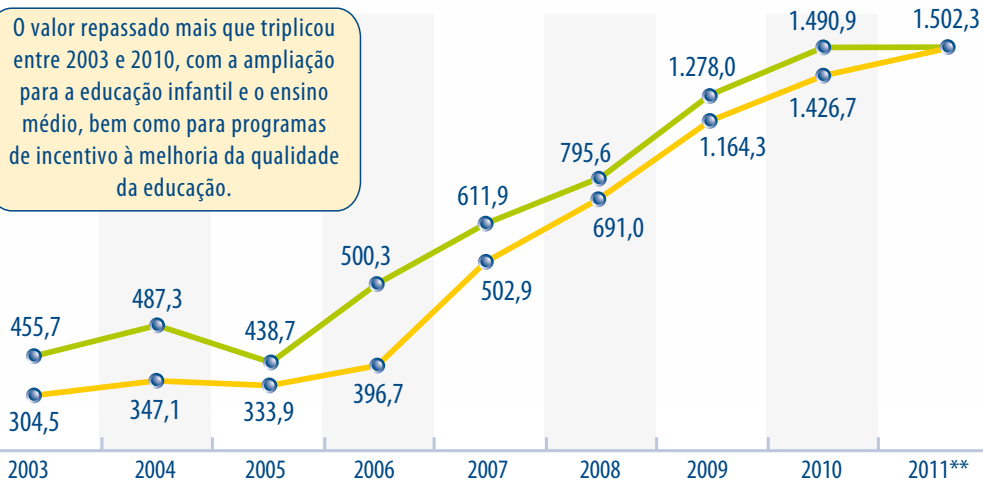
Fonte: SEB e FNDE/MEC

PDDE

Em 2009, o repasse de recursos financeiros direto às escolas públicas foi ampliado para toda a educação básica pública e escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica e o reforço da autogestão escolar.

Recursos investidos* (R\$ milhões)

O valor repassado mais que triplicou entre 2003 e 2010, com a ampliação para a educação infantil e o ensino médio, bem como para programas de incentivo à melhoria da qualidade da educação.



—●— Valor constante (IPCA médio)

—●— Valor corrente

* Inclui PDE-Escola

** LOA/Dotação autorizada

Fonte: FNDE/MEC

PNAE

Alimentação escolar para os alunos de **toda a educação básica** matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula.

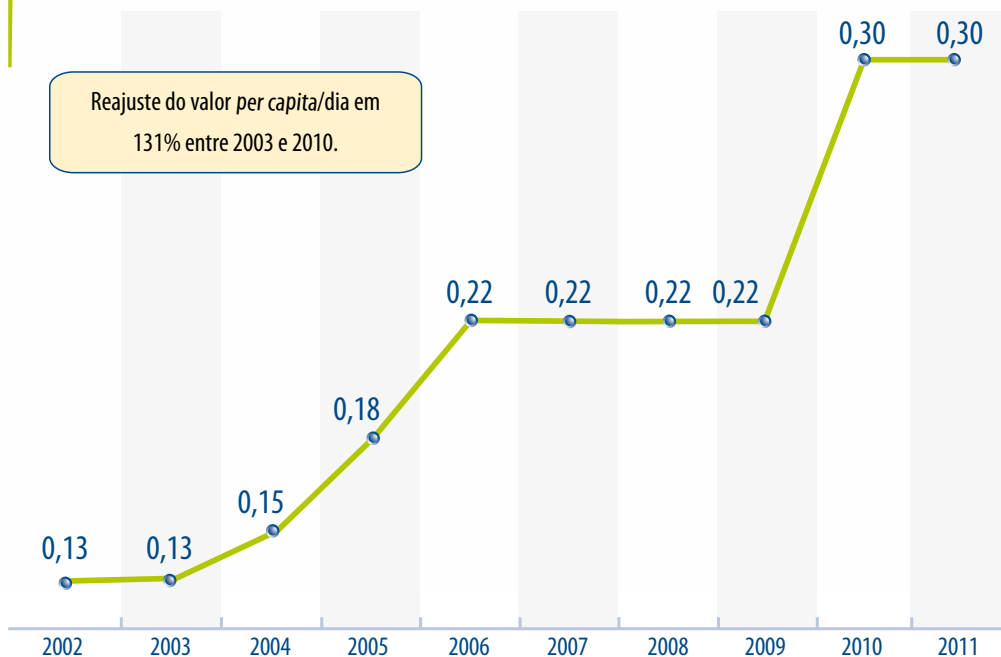
No mínimo 30% dos recursos repassados pelo programa devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da **agricultura familiar** e do empreendedor familiar rural, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas; e priorizando-se ainda, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

Evolução do valor <i>per capita</i> /dia (R\$)	2002	2003	2009	2010/2011
Creche	-	0,18	0,44	0,60
Pré-escola	0,06	0,13	0,22	0,30
Ensino fundamental	0,13	0,13	0,22	0,30
Ensino médio	-	-	0,22	0,30
Educação de jovens e adultos	-	-	0,22	0,30
Escolas indígenas	0,13	0,34	0,44	0,60
Escolas quilombolas	0,13	0,13	0,44	0,60
Educação integral	0,13	0,13	0,66	0,90

Fonte: FNDE/MEC

PNAE

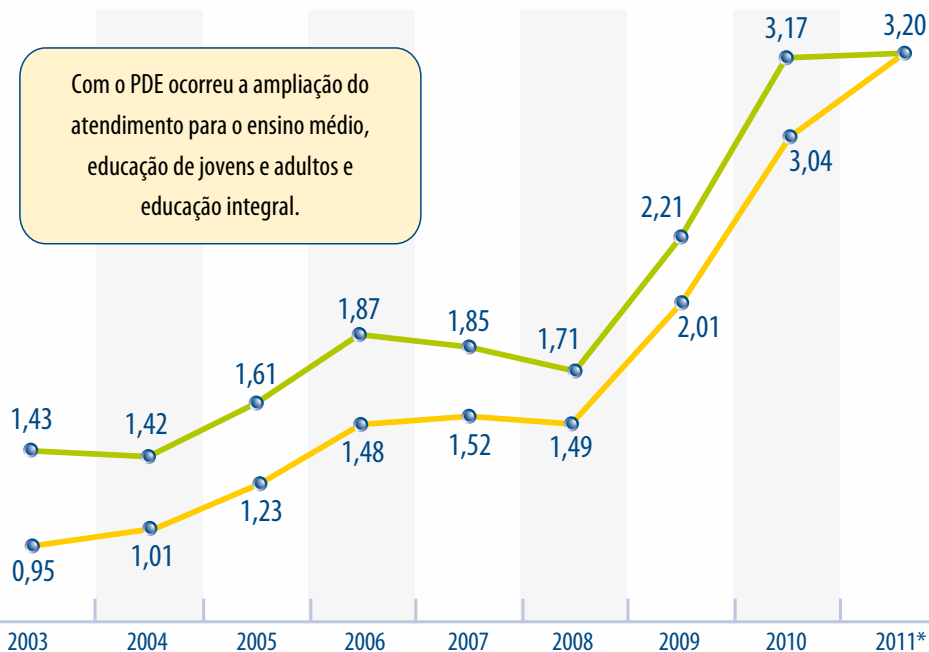
Valor nominal *per capita*/dia – Ensino fundamental (R\$)



Fonte: FNDE/MEC

PNAE

Recursos investidos (R\$ bilhões)



—●— Valor constante (IPCA médio)
—●— Valor corrente

Fonte: FNDE/MEC

* Dotação autorizada/LOA

PNATE

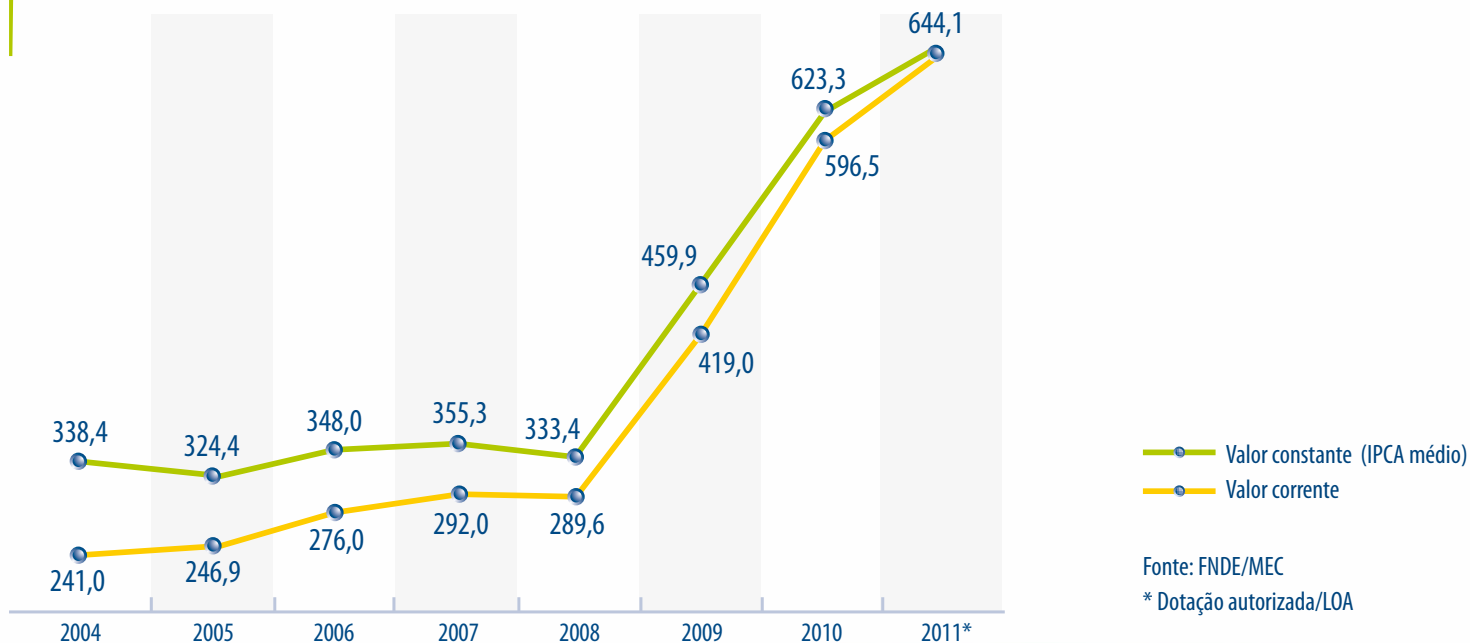
Criado em 2004, consiste na transferência automática de recursos financeiros a municípios, estados e Distrito Federal para custear despesas com manutenção, reforma, combustível, seguro, licenciamento, impostos e taxas dos veículos ou embarcações utilizados no transporte escolar de alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais.

Evolução do valor <i>per capita</i> /ano (R\$)				
2004	2005	2006 a 2008	2009	2010/2011
76,00	80,00	81,56 a 116,36*	88,13 a 125,72	120,73 a 172,24

* A partir de 2006, o valor *per capita*/ano passa a ser diferenciado, considerando a área do município, a população rural e o índice da população abaixo da linha de pobreza. E a partir de 2008 passou a ser considerado também o Ideb

PNATE

Recursos investidos (R\$ milhões)



PROGRAMAS DO LIVRO

Prover as escolas das redes federal, estadual e municipal e as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado com obras didáticas e paradidáticas, inclusive livros acessíveis em braille e digitais em Libras.

A partir de 2004, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi ampliado para atender aos alunos do ensino médio, o que possibilitou a universalização do atendimento, atingindo todos os alunos matriculados nas escolas públicas de ensino fundamental e de ensino médio do país.

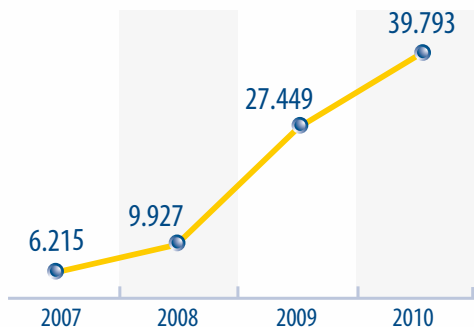
Além disso, foram incluídas obras didáticas das disciplinas de língua estrangeira – inglês e espanhol – para anos finais do ensino fundamental e ensino médio e de filosofia e sociologia para o ensino médio.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que complementa os programas do livro, atende da educação infantil ao ensino médio.

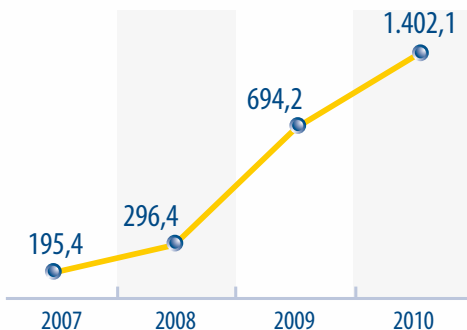
ESCOLA ATIVA

Melhoria da qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. As escolas recebem kits pedagógicos e cadernos de ensino pedagógico específicos para a multissérie, enquanto os professores obtêm capacitação continuada de 240 horas. Para os alunos, ocorre a distribuição de livros didáticos e cadernos de ensino e aprendizagem. Em 2007, o programa teve a metodologia revisada e o atendimento expandido.

Escolas atendidas com classes multisseriadas



Alunos atendidos em classes multisseriadas (em milhares)



Fonte: Secad/MEC

GUIA DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

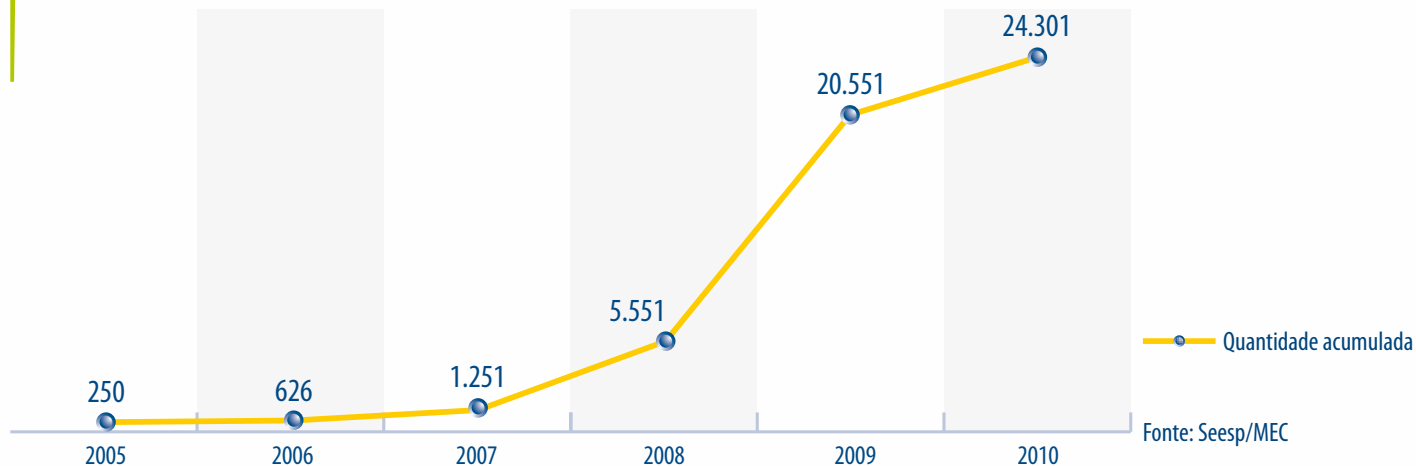
Ferramenta implementada em 2007, o guia é um conjunto de tecnologias implementadas pelo Ministério da Educação ou pré-qualificadas por meio de edital público. Do guia constam informações que auxiliam gestores e professores a conhecer e identificar tecnologias que contribuem para a melhoria da educação em suas redes de ensino.

- 147 tecnologias constam do guia após 5 editais (2007, 2008, 2009 e 2010).
 - 2 editais lançados em 2010 (classes multisseriadas e educação infantil).
- 8.506 guias de 2010 serão distribuídos em 2011 para secretarias e conselhos estaduais e municipais de ensino do país.
- Em 2010/2011 a previsão de atendimento é de 1.179 municípios e 833.315 alunos com as tecnologias de correção de fluxo escolar pré-qualificadas de 3 instituições (Instituto Ayrton Senna, Geempa e Instituto Alfa e Beto).

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Criado em 2005, o programa apoia os sistemas de ensino na implantação de salas de recursos multifuncionais para escolas de ensino regular, compostas por equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização.

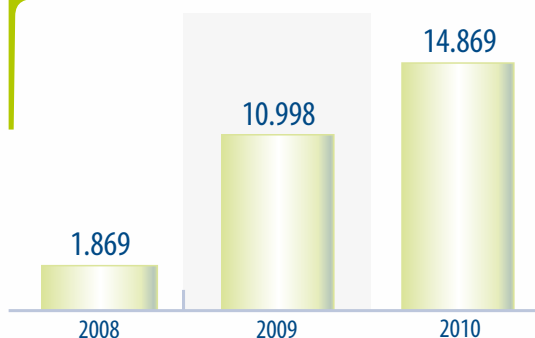
Salas de recursos multifuncionais adquiridas



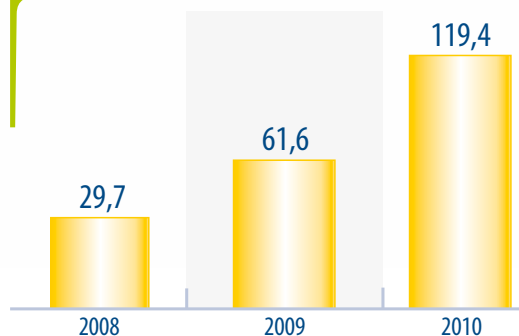
ESCOLA ACESSÍVEL

O Programa Escola Acessível promove a adequação de prédios escolares, visando a promover um ambiente acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O programa é executado por meio do PDDE.

Escolas atendidas pelo programa*



Valores repassados (R\$ milhões)*



* Dados acumulados

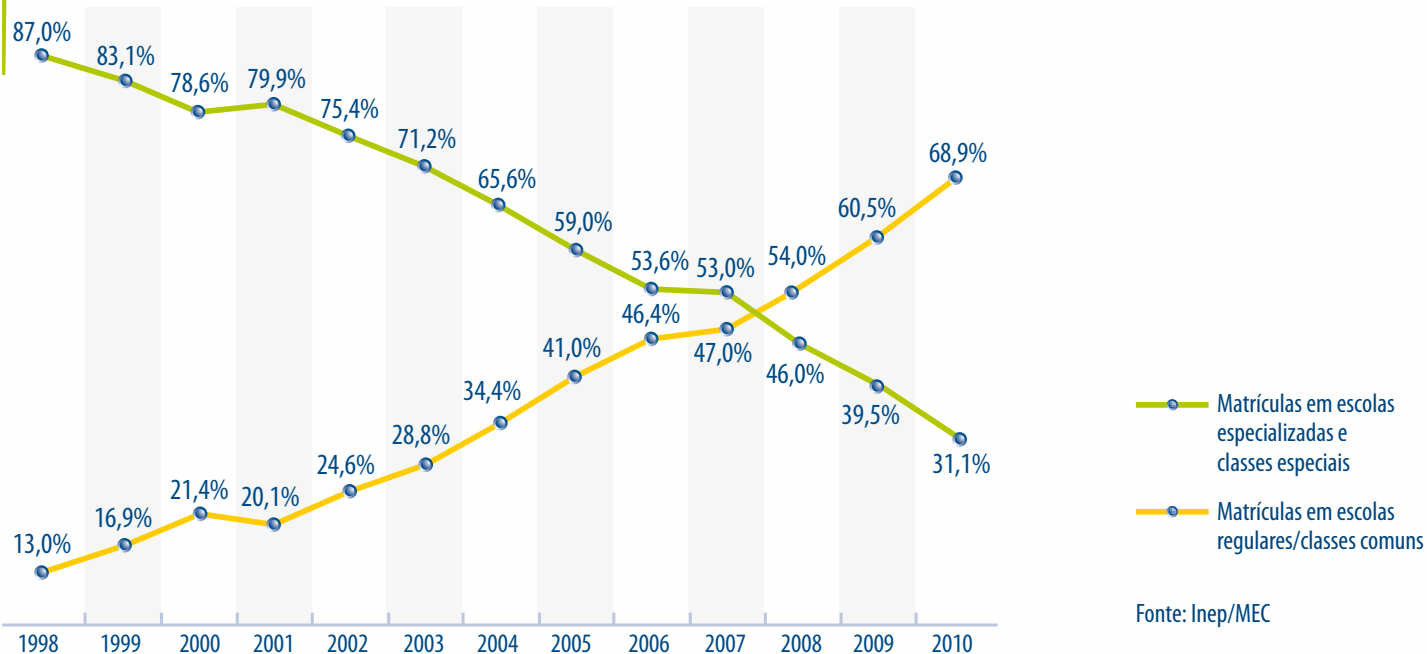
Em 2009, houve atendimento também pelo PDE-Escola

Em 2010, a resolução FNDE nº 10 ampliou as ações do programa

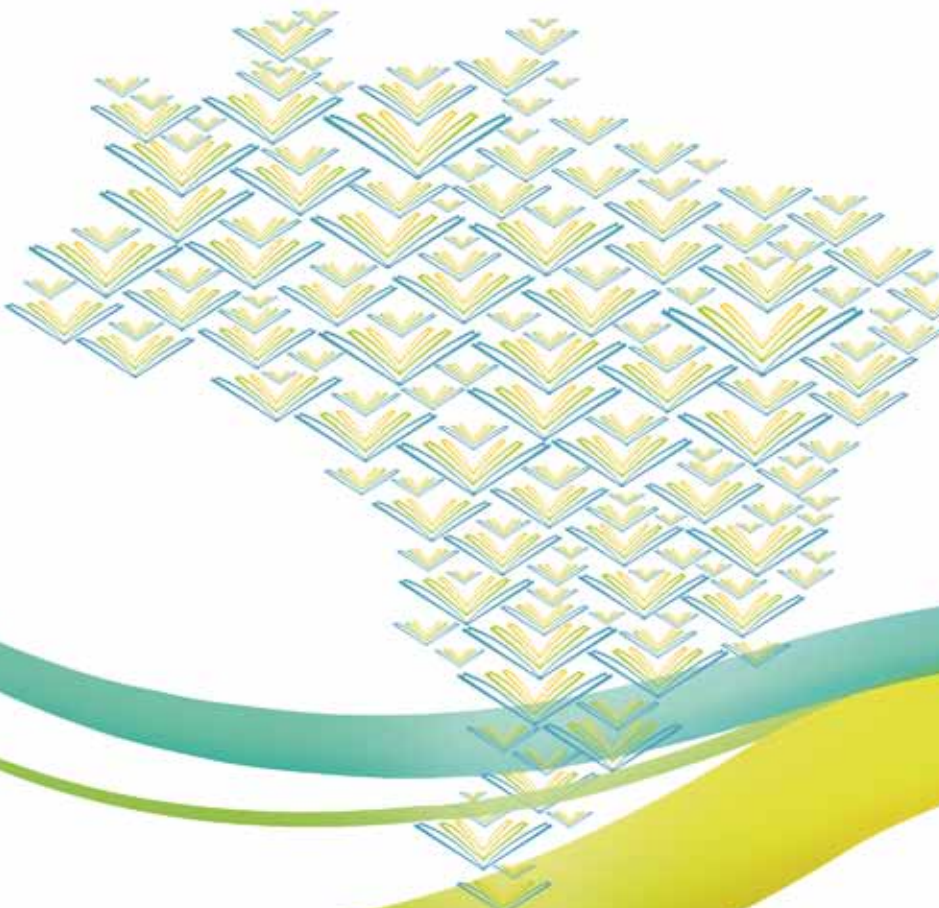
Fonte: Seesp/MEC

INCLUSÃO

Evolução da política de inclusão nas classes comuns do ensino regular



Fonte: Inep/MEC



ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA

SINOPSE DAS AÇÕES
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O governo federal promoveu um realinhamento das ações federais no campo da alfabetização e da educação de jovens e adultos, visando a assegurar maior eficiência e efetividade, bem como maior integração com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

Em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, com a finalidade de erradicar o analfabetismo no país, em regime de colaboração da União com os estados, o Distrito Federal, os municípios e organismos da sociedade civil.

O governo federal promoveu uma coordenação entre os repasses de recursos para alfabetização e a assistência financeira aos sistemas de ensino para ampliação de oferta de educação de jovens e adultos (EJA) e de educação profissional. Ela também criou incentivos financeiros para que os sistemas de ensino garantissem aos alfabetizando oportunidades para a continuidade dos estudos.

Dentro dessa nova concepção, a alfabetização passou a ser vista como uma porta de entrada para o processo de escolarização e educação continuada, como meio de criação de novas oportunidades.

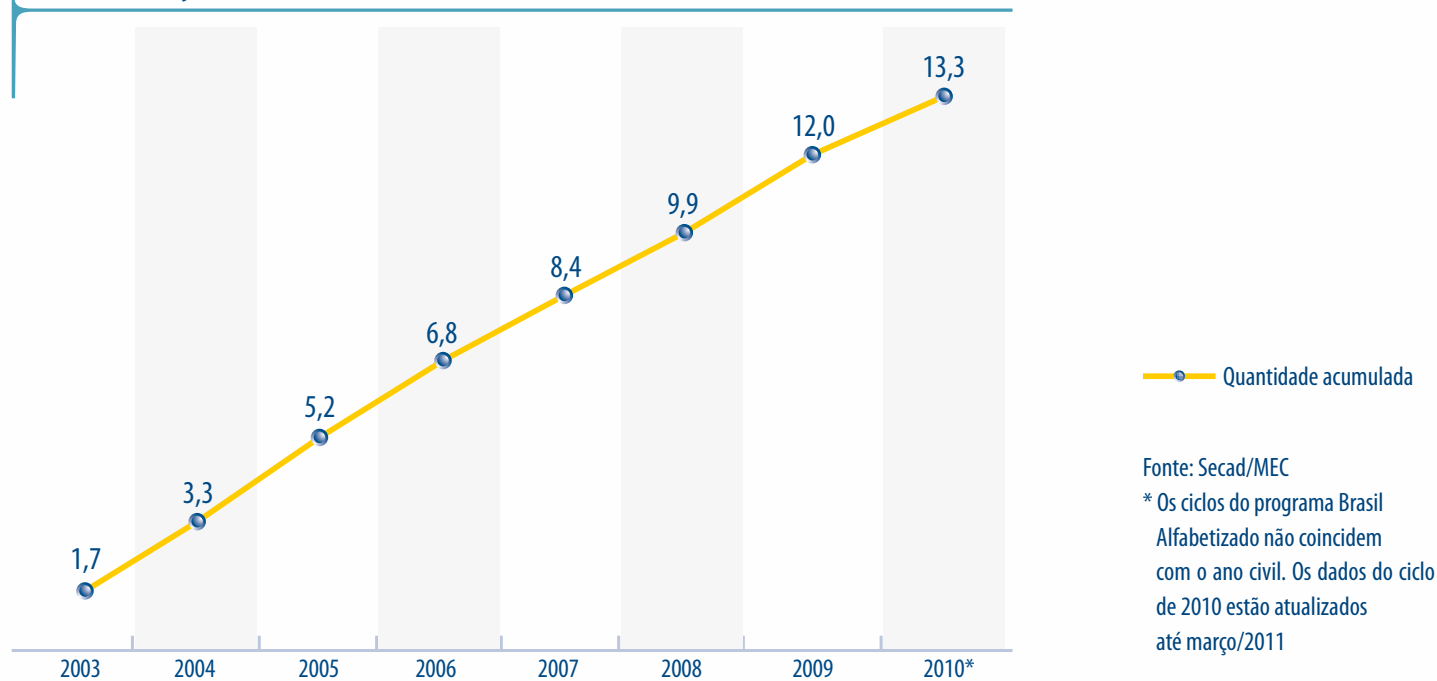
BRASIL ALFABETIZADO

O Programa Brasil Alfabetizado foi criado em 2003 para universalizar a alfabetização de brasileiros de 15 anos ou mais. Com o PDE (2007), ele foi reestruturado e atualmente é desenvolvido em todo o território nacional, com atuação mais intensa nos 1.928 municípios com taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%.

Já são mais de 13 milhões de jovens e adultos beneficiados desde 2003.
A previsão é atender 2,2 milhões no ciclo 2010.

BRASIL ALFABETIZADO

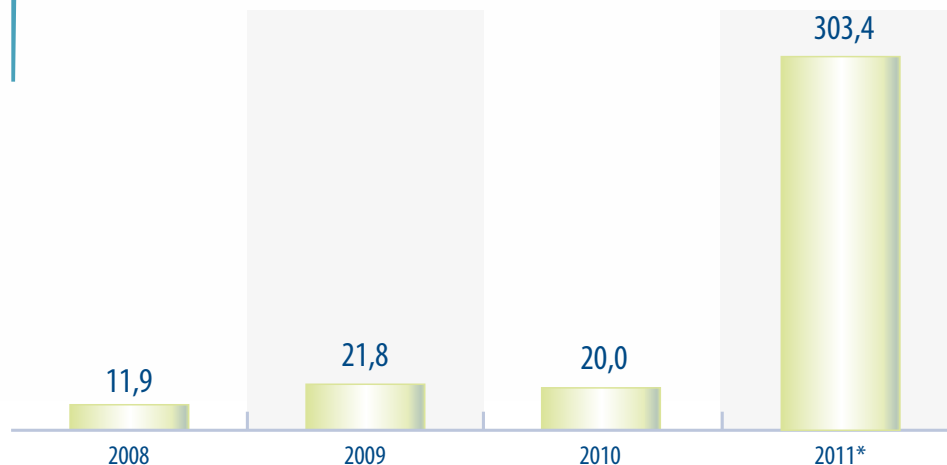
Número de jovens e adultos beneficiados (em milhões)



PNLA E PNLD EJA

A partir de 2008 as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado passaram a receber livros didáticos com vistas à alfabetização e à escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais. A partir de 2011, o PNLD EJA distribuirá as obras didáticas para as entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado e para todas as escolas públicas com turmas de educação de jovens e adultos de ensino fundamental.

Recursos (em R\$ milhões)



* Previsão. Aquisição e distribuição de livros para todos os alfabetizandos e alunos do EJA do ensino fundamental e aquisição de livros para alunos do EJA do ensino médio para distribuição em 2012

Fonte: FNDE/MEC



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SINOPSE DAS AÇÕES
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação profissional e tecnológica afirmou-se como política pública, não somente pela consolidação da fonte de financiamento de sua manutenção, mas pelo seu compromisso com a sociedade e pela integração entre ciência, tecnologia, cultura e mercado de trabalho.

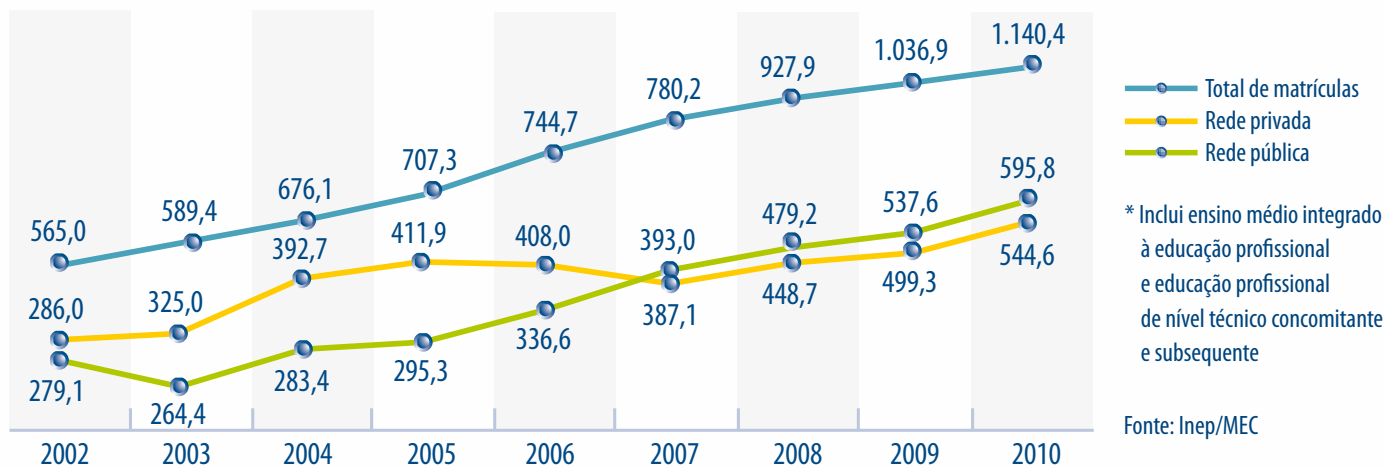
Além da expansão de vagas em nível médio integrado, graduação tecnológica, licenciatura e pós-graduação, a política também foi direcionada à elevação de escolaridade de jovens e adultos, com formação inicial e continuada.

Dentre as principais realizações nesta área, destacam-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e uma nova organização da oferta da educação profissional, que consolida em uma única institucionalidade a verticalização do ensino, ou seja, a oferta de formação inicial e continuada, técnicos, tecnólogos e licenciatura até a pós-graduação, na perspectiva da construção de um itinerário formativo.

CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A nova política de educação profissional e tecnológica conjugou diversas iniciativas, que contemplaram a rede federal, redes estaduais e o Sistema S. A reestruturação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e expansão de suas unidades, a criação do programa Brasil Profissionalizado e o advento do acordo de gratuidade com o Sistema S são algumas ações que possibilitaram relevante elevação no número de matrículas.

Matrículas na educação profissional* (em milhares)



EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O processo de criação de instituições federais de educação profissional foi restringido com a publicação da Lei nº 9.649/98, que transferia para entes estaduais, municipais ou privados a administração de qualquer unidade que eventualmente fosse construída. Com a aprovação da Lei nº 11.195/2005, voltou a ser facultada à União a possibilidade de retomar as ações de implantação de novas unidades de ensino técnico/agrotécnico.

Atualmente são 38 institutos federais com a missão de orientar a oferta de educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo e fortalecer os arranjos produtivos locais. Eles oferecem vagas em cursos de nível médio, nível médio integrado, licenciatura, superior em tecnologia e pós-graduação.

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A criação de 214 novas unidades, até 2010, representou o alcance de uma capilaridade sem precedentes na educação federal, o que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de cada região do país. Em 2012, a rede estará presente em um número de municípios mais de três vezes maior que em 2003.

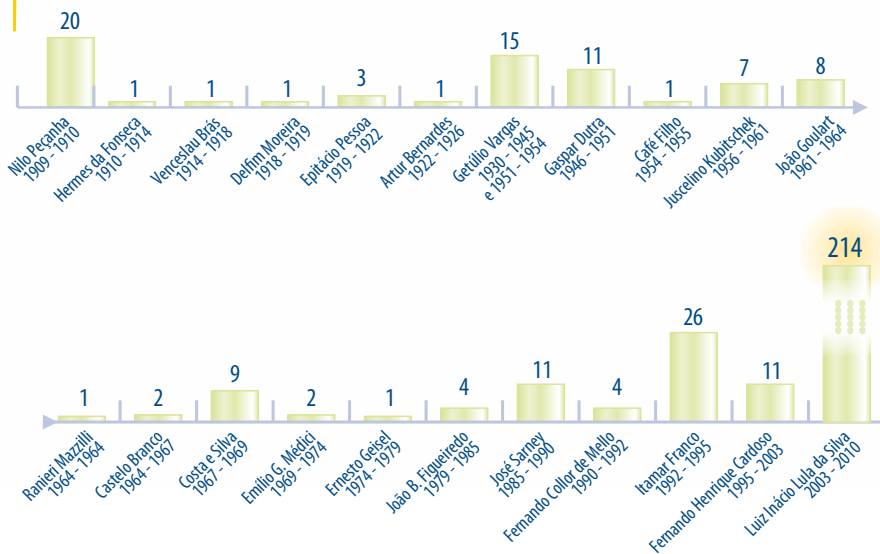
	Janeiro de 2003	2010	2012
Unidades	140	354 (214 novas)	435 (81 novas)
Municípios atendidos*	118	319	388

* Municípios atendidos por mais de uma unidade foram contados somente uma vez

Fonte: Setec/MEC

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Linha do tempo da criação/federalização das unidades*



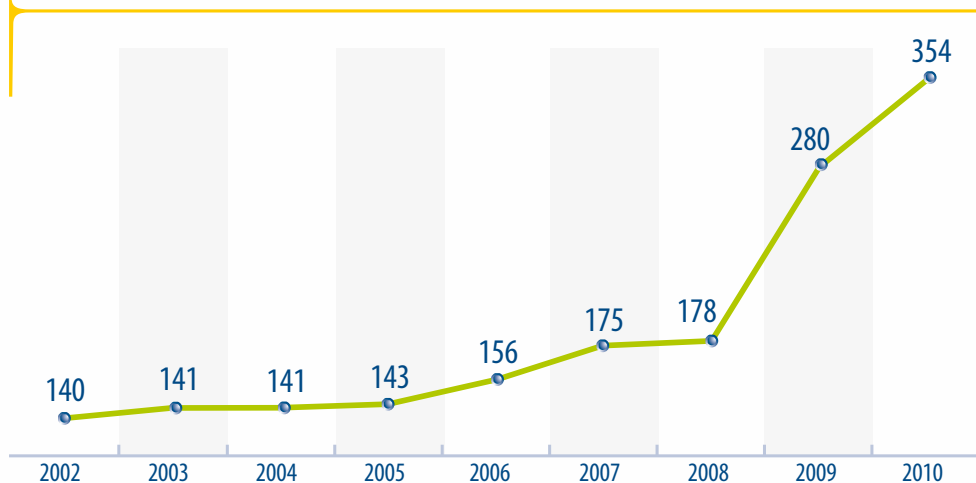
* Os números correspondem às unidades criadas ou federalizadas pelos Presidentes

Fonte: Setec/MEC

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas. Até 2010, foram entregues 214 novas unidades. Além da expansão física, o governo federal modernizou e reorganizou a rede, além de garantir condições técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da educação profissional.

Número de unidades



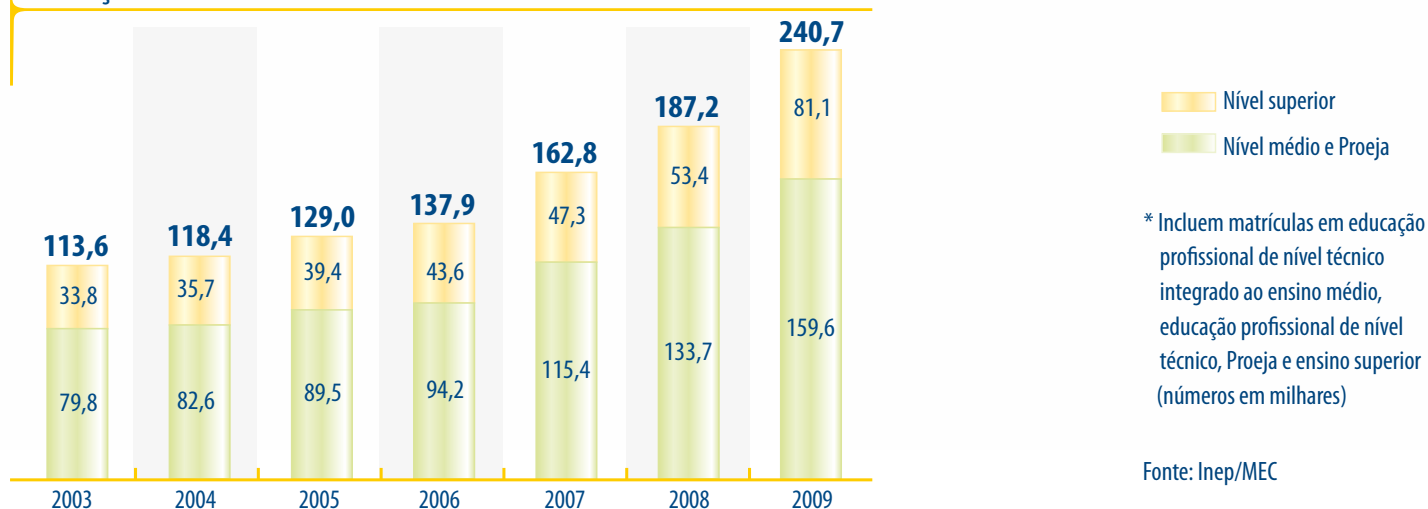
Fonte: Setec/MEC

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A reestruturação da rede e expansão das unidades possibilitou duplicação do número de matrículas de 2003 a 2009.

Quando as 214 novas unidades estiverem em pleno funcionamento, serão 500 mil matrículas em toda a rede.

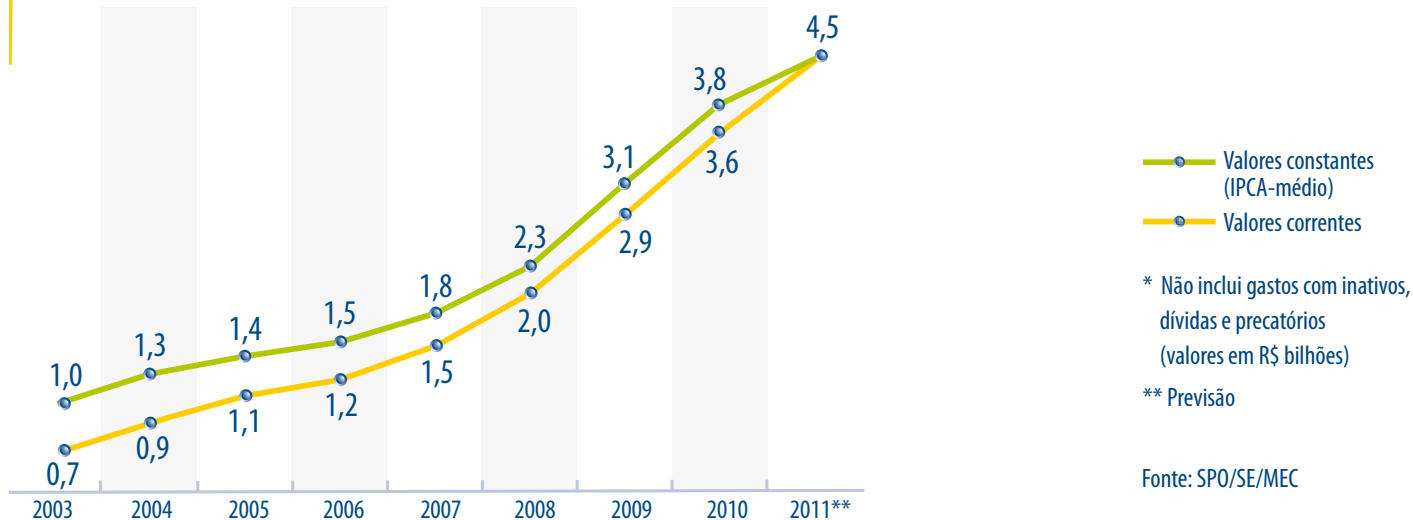
Evolução das matrículas na rede federal*



RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O reconhecimento da importância da educação profissional observa-se também por meio do aporte de recursos. De 2003 a 2010, o orçamento quase quadruplicou.

Recursos do MEC para educação profissional*



BRASIL PROFISSIONALIZADO

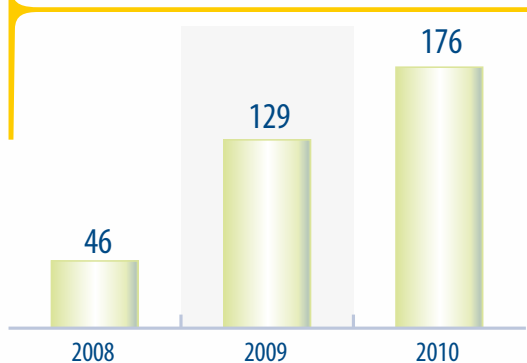
Criado em 2007, o programa objetiva o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Após apresentação e análise dos planos de ações estaduais, são repassados recursos para construção, ampliação de infraestrutura e recursos pedagógicos. Cada nova escola tem capacidade para atender a 1.200 alunos.

Convênios celebrados				
	2008	2009	2010	Total
Construção de escolas (quantidade)	46	83	47	176
Reformas e ampliações (quantidade)	230	304	9	543
Recursos conveniados (R\$ milhões)	525,2	720,2	263,4	1.508,8
Recursos empenhados (R\$ milhões)	370,9	185,6	167,2	723,7

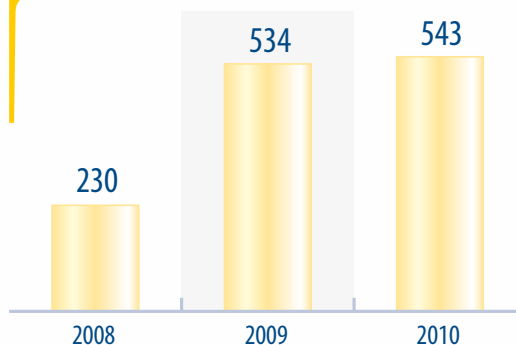
Fonte: Setec/MEC

BRASIL PROFISSIONALIZADO

Número de escolas conveniadas para construção*



Número de escolas conveniadas para reformas e ampliações*

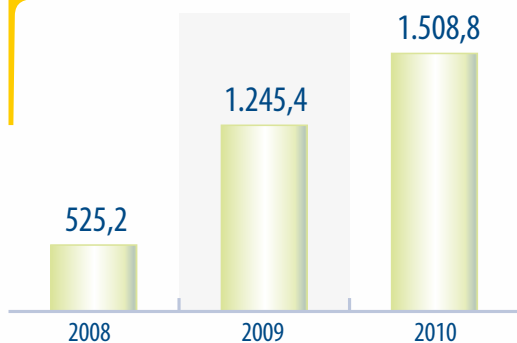


* Quantidade acumulada

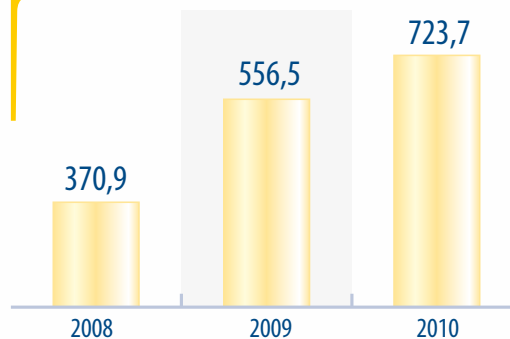
Fonte: Setec/MEC

BRASIL PROFISSIONALIZADO

Recursos conveniados (R\$ milhões*)



Recursos empenhados (R\$ milhões*)



* Valor acumulado

Fonte: Setec/MEC

E-TEC – ESCOLA TÉCNICA ABERTA

Lançado em 2007, proporciona educação profissional técnica na modalidade de educação à distância, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio públicos no país. A partir desta iniciativa, houve expansão de cursos técnicos para o interior do país e para a periferia das áreas metropolitanas, democratizando o acesso.

A concretização da expansão da educação profissional à distância ocorreu a partir do aumento do número de instituições ofertantes e de polos de apoio presencial.

Instituições ofertantes: 43

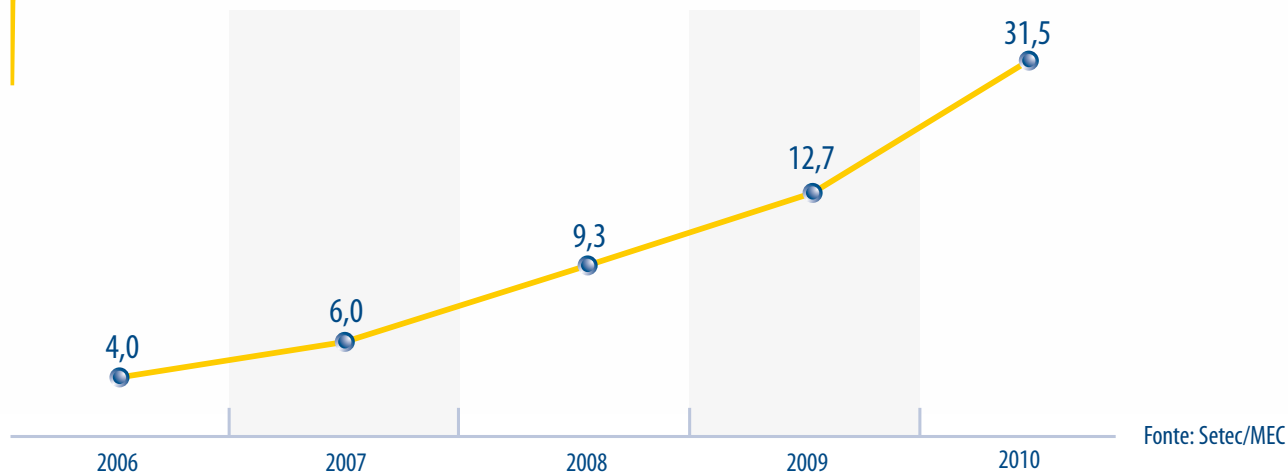
Polos implantados até 2010: 291 em 20 estados

Alunos matriculados em 2010: 28.744 em 38 cursos

PROEJA

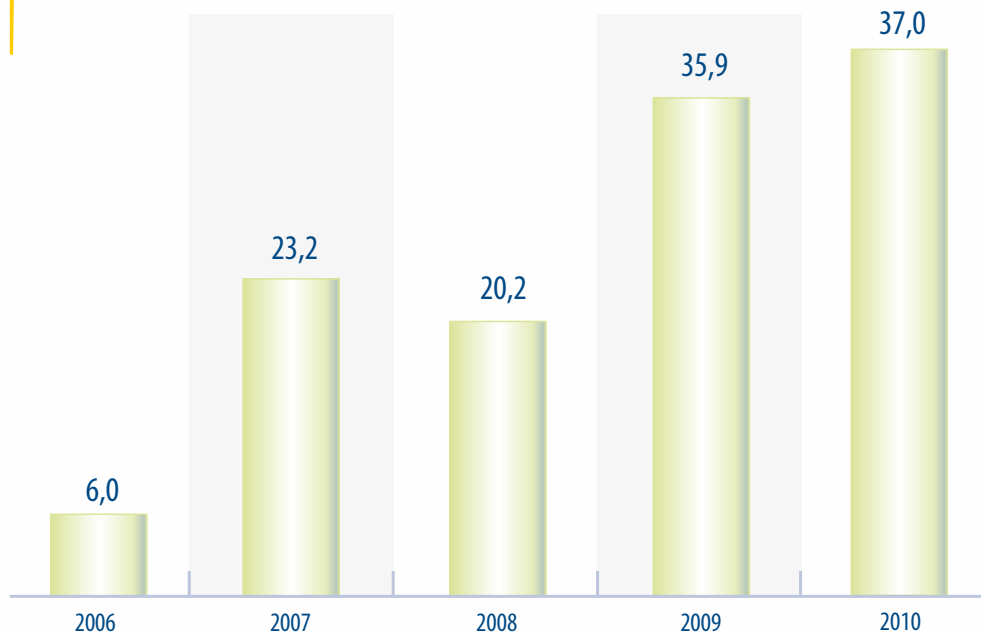
Criado em 2005, o Proeja oferta educação profissionalizante a jovens e adultos, com elevação de escolaridade. Os cursos do Proeja – formação inicial e continuada combinada com ensino fundamental ou médio e técnico combinado com ensino médio – são oferecidos de forma integrada ou concomitante, com vistas à ampliação de oportunidades e inclusão social.

Alunos matriculados em cursos Proeja (em milhares)



PROEJA

Recursos (R\$ milhões)



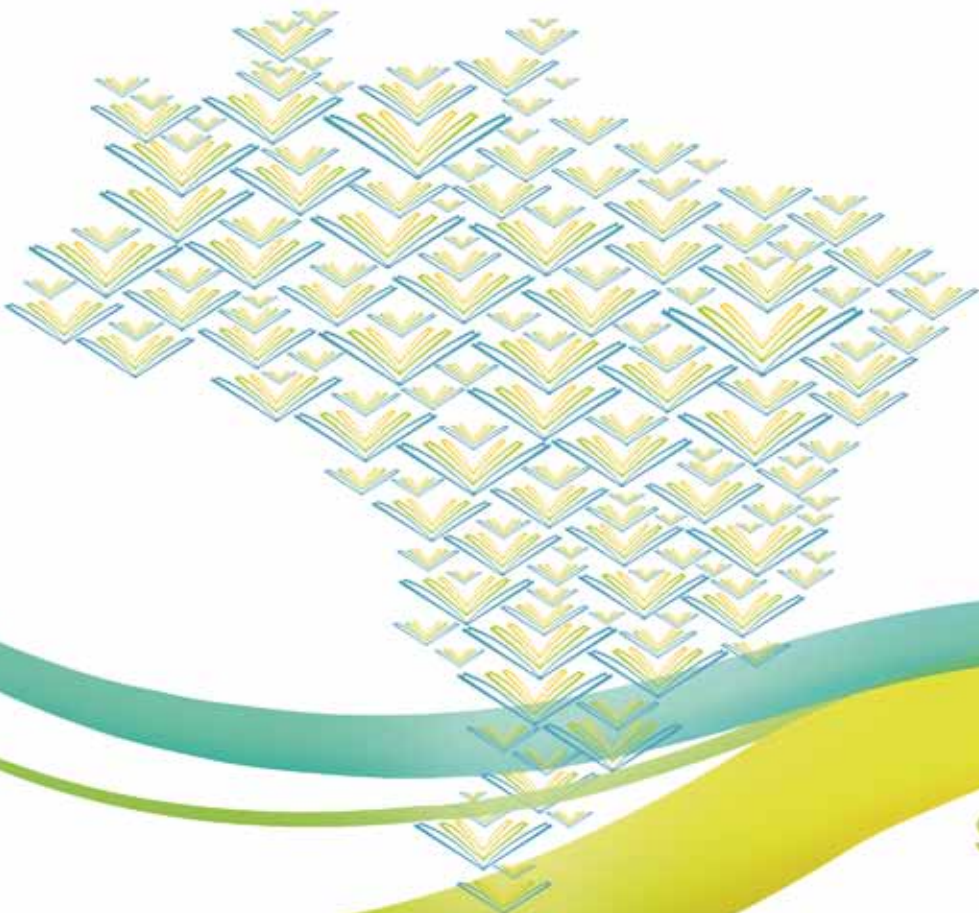
Fonte: Setec/MEC

REFORMA DO SISTEMA S

Em 2008, foi promovida a reforma do Sistema S (Sesi, Sesc, Senai e Senac). De acordo com a nova legislação, Senac e Senai devem aplicar 2/3 de sua receita na oferta de educação profissional gratuita para jovens de baixa renda e Sesi e Sesc devem aplicar 1/3 de sua receita. Em 2010, foram mais de 300 mil matrículas gratuitas.

Matrículas gratuitas		2009	2010
Senac	FIC	82.337	99.109
	Cursos técnicos	5.266	7.709
Senai	FIC	157.134	226.000
	Cursos técnicos	17.128	18.834
Total	370,9	261.865	351.652

Fonte: Setec/MEC



EDUCAÇÃO SUPERIOR

SINOPSE DAS AÇÕES
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO SUPERIOR

No âmbito do ensino superior, houve ênfase na expansão da educação de qualidade, democratização do acesso em instituições públicas e privadas, reformulação da avaliação e das ferramentas de coleta de dados, bem como ampliação da pós-graduação.

Considerando a necessidade de inclusão de grande percentual da população nesse nível de ensino, as medidas foram adotadas tanto no âmbito do ensino público quanto das instituições privadas, tendo sempre como balizadora da expansão a qualidade no ensino oferecido.

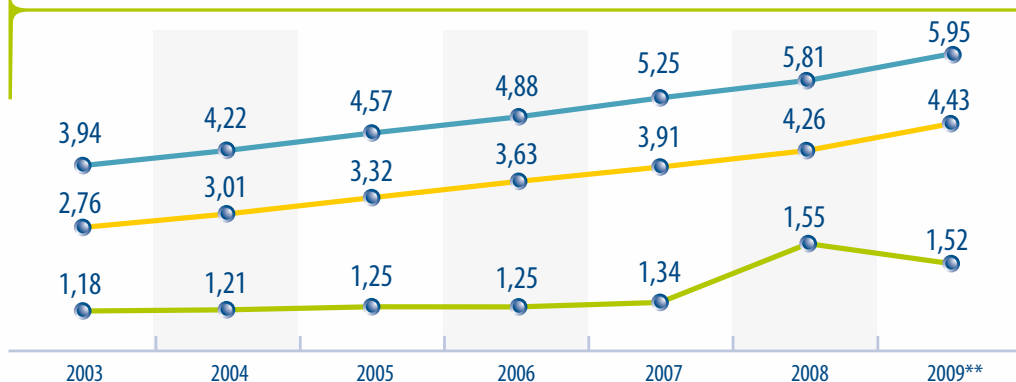
No âmbito do ensino público, o governo federal criou o Programa de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Tais iniciativas resultaram na implantação de 14 novas universidades federais e 126 novos câmpus universitários distribuídos nas cinco regiões brasileiras.

Em relação à ampliação de ingresso e permanência nas instituições federais, foram adotadas duas vertentes principais: a concessão de bolsas de estudo, por meio do Programa Universidade para Todos; e a concessão de financiamento estudantil reformulado, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O papel decisivo da educação superior para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico levou o governo a implementar programas que tivessem como finalidade a ampliação da oferta de vagas nesse nível de ensino, assim como a adotar medidas que viabilizassem a permanência dos estudantes na educação superior. Resultado dessa compreensão é o importante aumento do número de matrículas em educação superior.

Número de matrículas* (milhões)



- Total de matrículas
- Rede privada
- Rede pública

* Inclui modalidades presencial e à distância

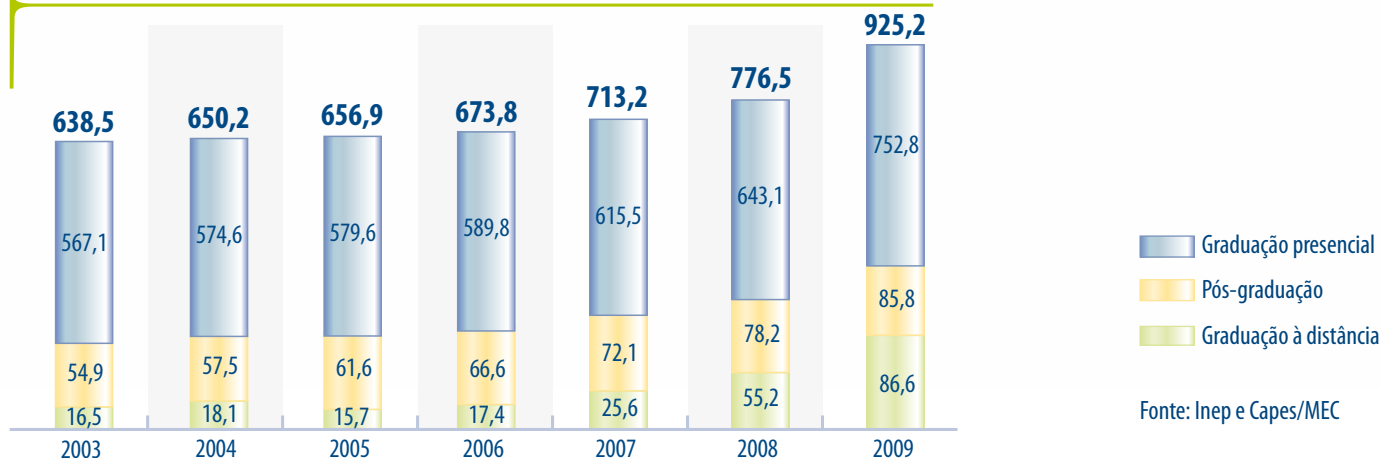
** Houve queda no número de matrículas nas redes estaduais e municipais principalmente devido a descredenciamento de cursos na Universidade de Tocantins (Unitins) e inadequação na classificação da categoria administrativa de algumas instituições municipais

Fonte: Inep/MEC

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

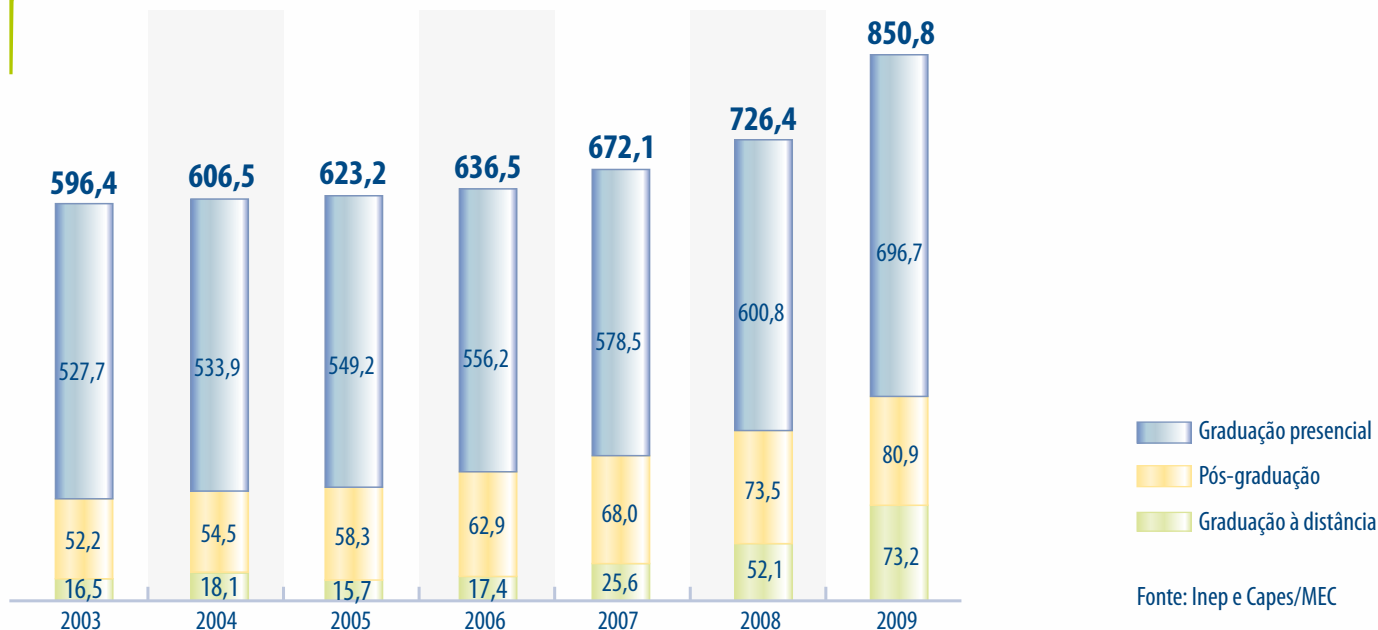
A expansão e interiorização das redes federais de educação profissional e tecnológica e educação superior, assim como a ampliação da oferta de bolsas de mestrado e doutorado, estão resultando em relevante aumento do número de matrículas em graduação e pós-graduação. De 2003 a 2009, ocorreu aumento de quase 50%.

Número de matrículas em graduação e pós-graduação em instituições federais (em milhares)



CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

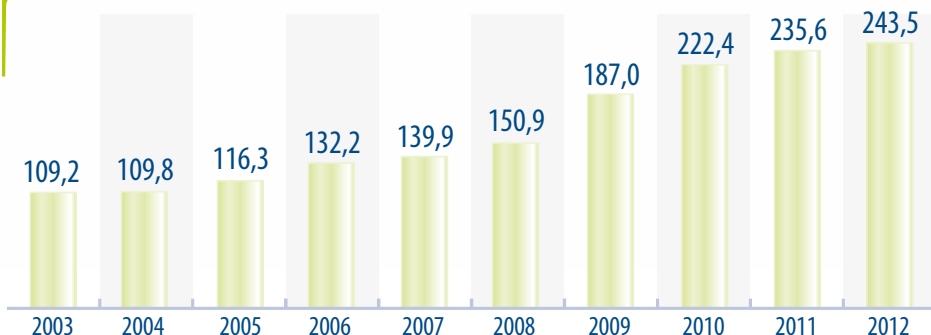
Número de matrículas em universidades federais (em milhares)



EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/REUNI

Desde 2005, a expansão da rede federal de educação superior visa a ampliar e a democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. O resultado dessas iniciativas já pode ser observado no aumento da oferta de vagas em graduação presencial.

Vagas em graduação presencial em universidades federais (em milhares)*



* 2010 a 2012: dados projetados

Fonte: Inep e Sesu/MEC

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/REUNI

As universidades federais foram chamadas a interagir com as vocações e as culturas regionais, repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras do mapa da expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região.

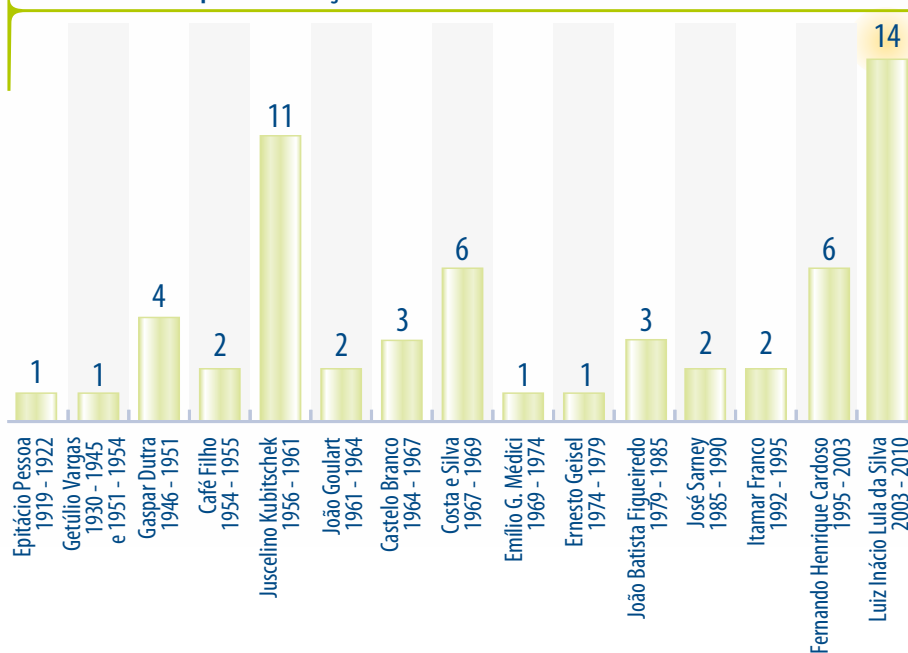
	2003	2010	2012
Universidades	45	59 (14 novas)	59
Câmpus e unidades	148	274 (126 novos)	293 (19 novos)
Municípios atendidos*	114	230	246

* Municípios atendidos por mais de um câmpus foram contados somente uma vez

Fonte: Sesu/MEC

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/REUNI

Linha do tempo da criação das universidades

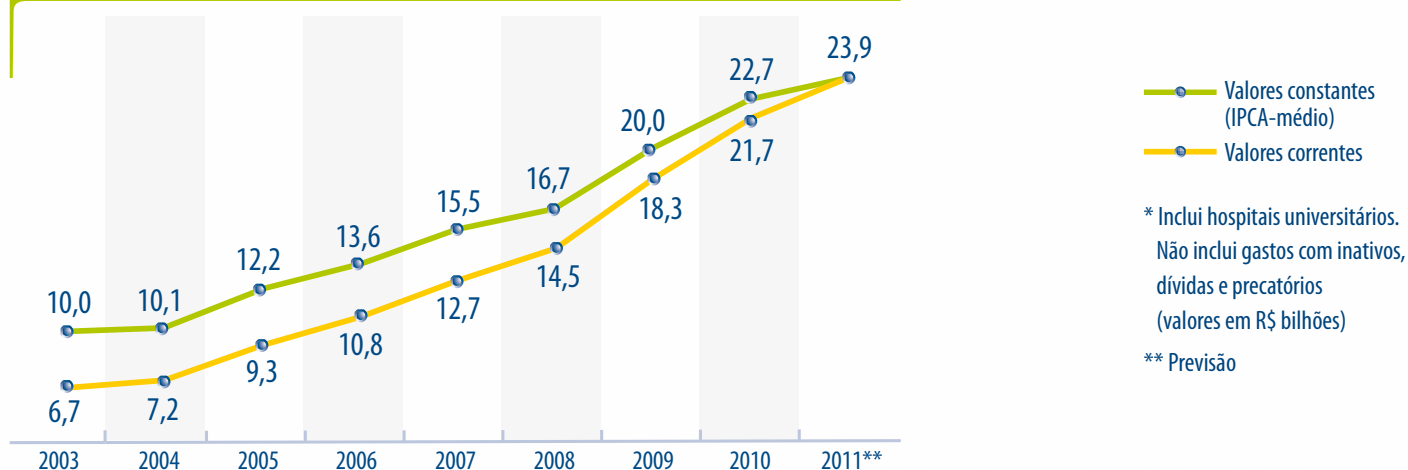


Fonte: Sesu/MEC

RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

A diminuição da razão do investimento público direto por estudante da educação superior em relação à educação básica não significou redução dos recursos para educação superior, pelo contrário. Os recursos do Ministério da Educação para esta etapa de ensino mais que dobraram de 2003 a 2010.

Recursos do MEC para educação superior* (sem Fies)



- Valores constantes (IPCA-médio)
- Valores correntes

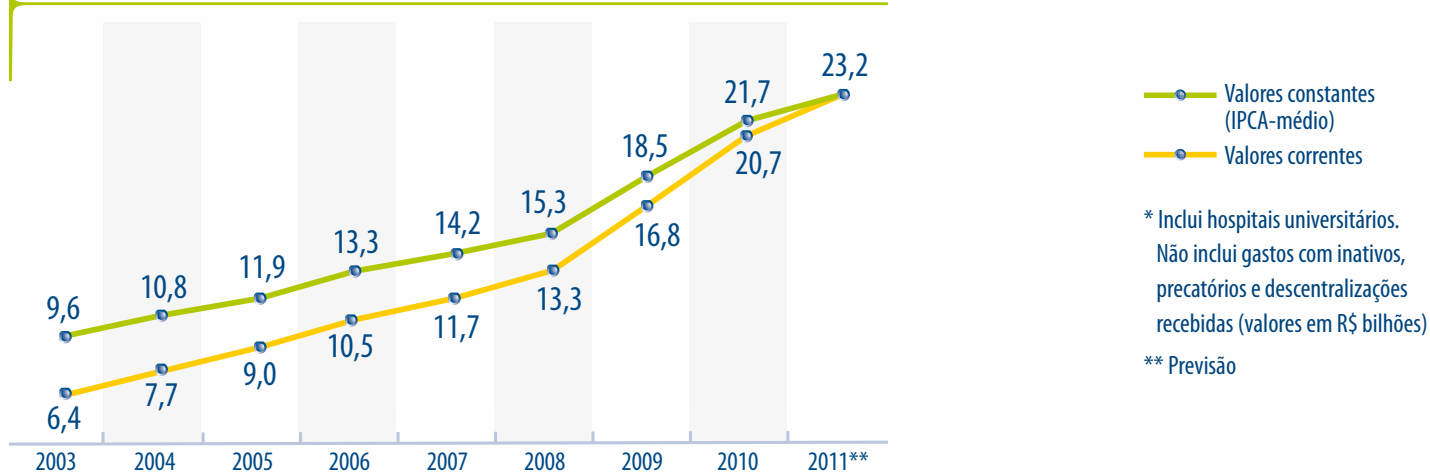
* Inclui hospitais universitários.
Não inclui gastos com inativos, dívidas e precatórios
(valores em R\$ bilhões)

** Previsão

RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

O fortalecimento da educação superior passa necessariamente pelo reconhecimento da importância das universidades federais, que receberam nova visibilidade nos últimos anos. O orçamento das universidades federais mais que duplicou de 2003 a 2010.

Orçamento das universidades federais*



PROUNI

Institucionalizado em 2005, o ProUni promove o acesso ao ensino superior de estudantes de baixa renda, a partir da concessão de bolsas parciais e integrais de estudo em instituições privadas de ensino superior.

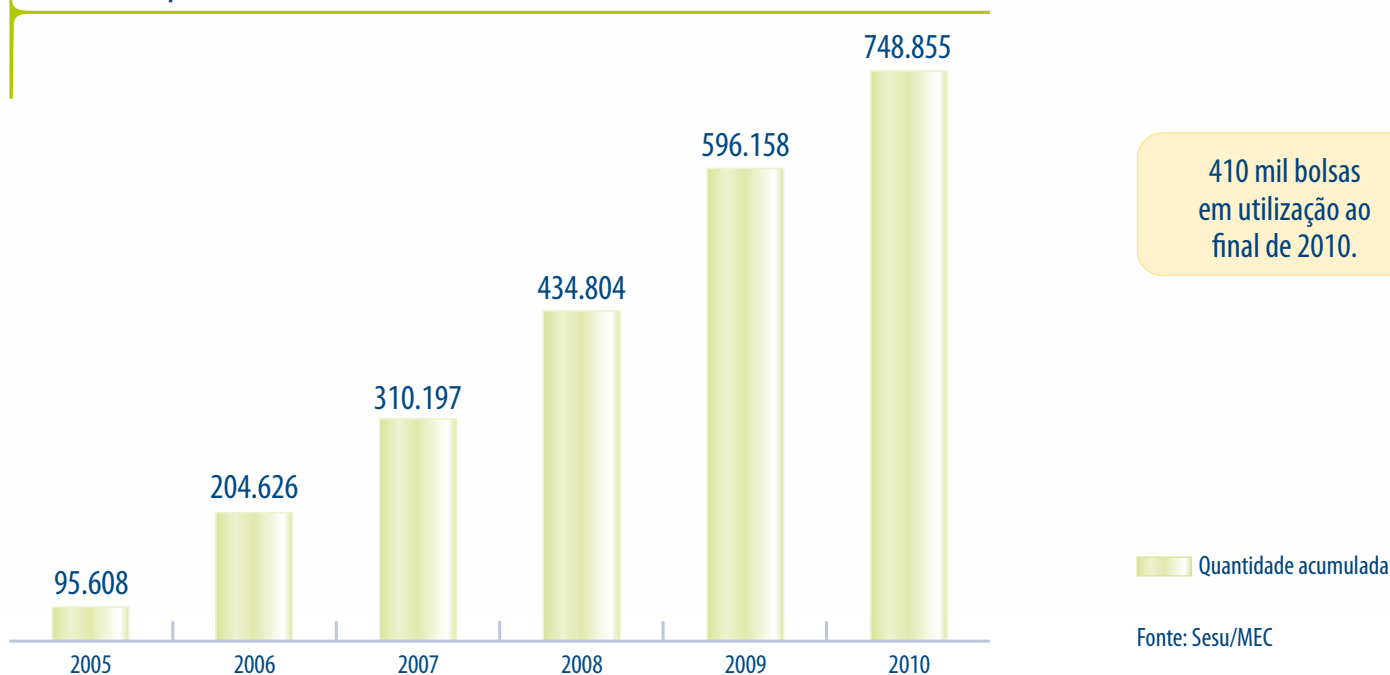
O processo seletivo do ProUni é realizado semestralmente. O candidato inscreve-se pelo Sistema Informatizado do Prouni (Sisprouni) e é pré-selecionado de acordo com as suas opções de instituição, curso e notas obtidas no Enem.

De 2005 ao 2º semestre de 2010 foram ocupadas 748.855 bolsas, sendo:

- 47% dos bolsistas afrodescendentes.
- 69% das bolsas integrais.
- 89% dos cursos presenciais (74% noturno).

PROUNI

Bolsas ocupadas



FIES

O Fies amplia o acesso ao ensino superior por meio de financiamento para estudantes regularmente matriculados em instituições cadastradas no programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

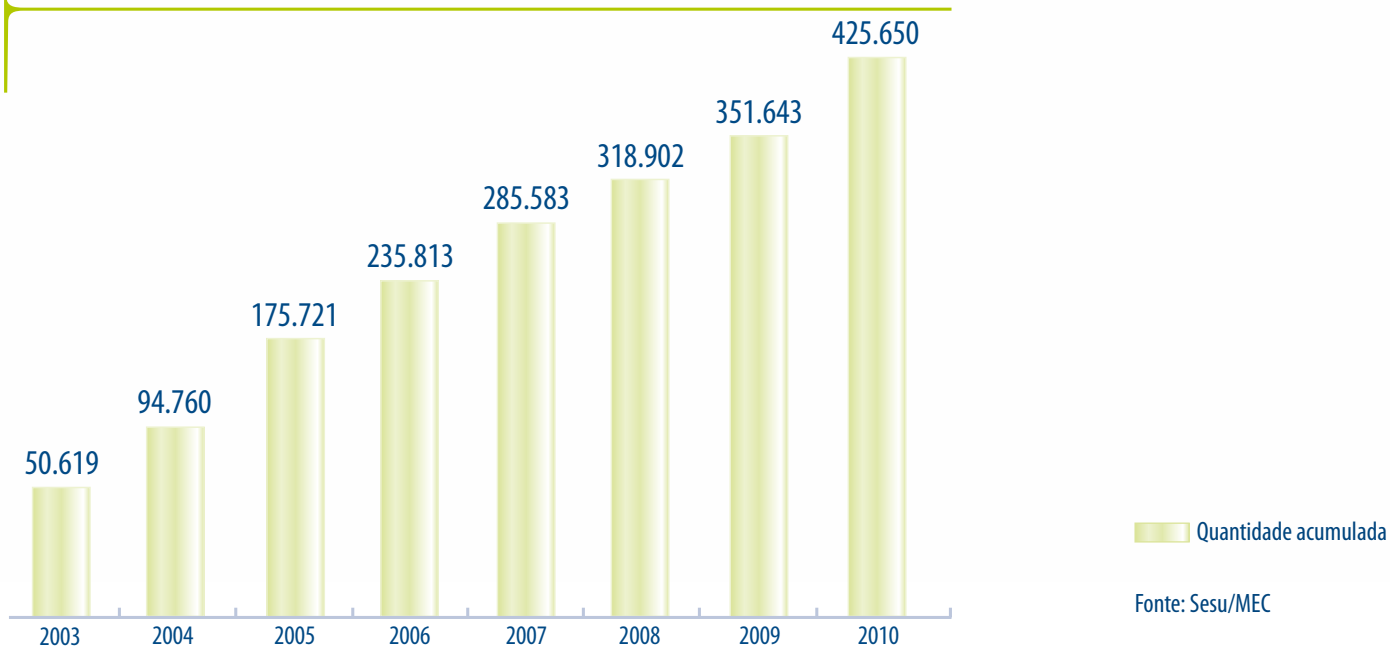
Em 2010, foi reformulado:

- Juros baixaram de 9% para 3,4% ao ano.
- Financiamento: até 100% da mensalidade.
- Dilatação do prazo de pagamento no triplo do tempo da graduação.
- Criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc).
- Estudantes de licenciatura e medicina que se dispuserem a trabalhar nas redes públicas de educação e saúde amortizam sem dispêndio 1% da dívida consolidada por mês de trabalho.

Em 2010, foram 74.007 contratos firmados, no valor global superior a R\$3 bilhões.

FIES

Contratos firmados



SISU

Sistema informatizado institucionalizado em 2010, gerenciado pelo Ministério da Educação, por meio do qual as instituições públicas de educação superior participantes selecionam novos estudantes exclusivamente pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

51 instituições participantes do processo seletivo 1º/2010

83 instituições participantes do processo seletivo 1º/2011

1º/2010

- Vagas disponibilizadas: 47.913
- 38.549 para ampla concorrência
- 9.364 para ações afirmativas

Número de inscritos: 793.910

1º/2011

- Vagas disponibilizadas: 83.125
- 65.334 para ampla concorrência
- 17.791 para ações afirmativas

Número de inscritos: 1.080.193

Fonte: Sesu/MEC

PNAES

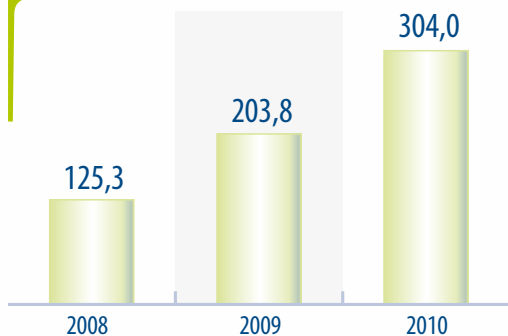
Criado em 2007, o programa visa a democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e a reduzir as taxas de retenção e evasão, por meio de assistência a estudantes de graduação presencial. São contempladas ações como moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

	2008	2009	2010
Número de benefícios (mil)	198,2	408,5	734,3
Recursos (R\$ milhões)	125,3	203,8	304,0

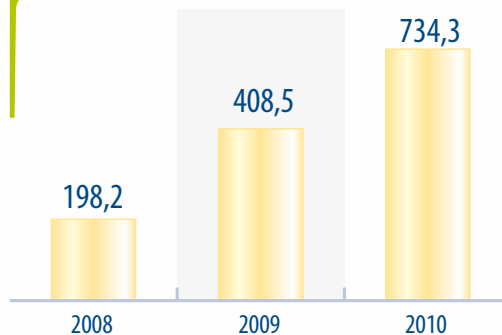
Fonte: Sesu/MEC

PNAES

Recursos investidos (R\$ milhões)



Número de benefícios (mil)



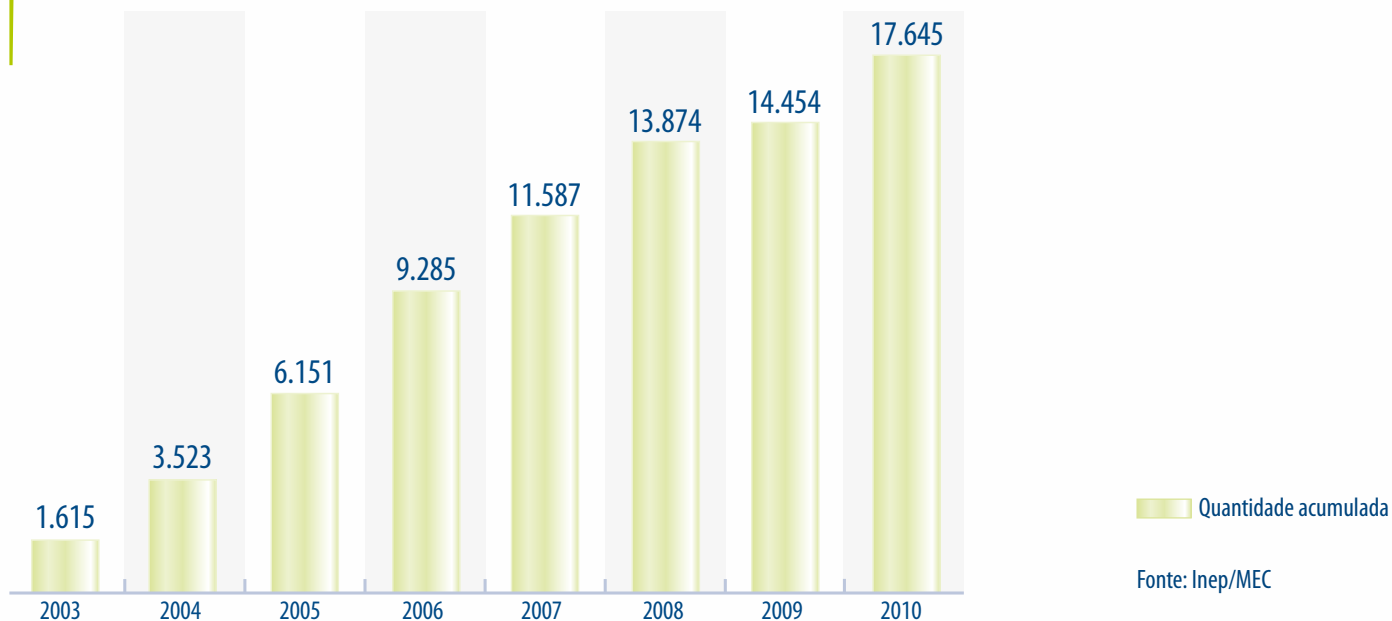
Fonte: Sesu/MEC

SINAES

Desde 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) avalia as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. Possui uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro).

A avaliação institucional externa, de cursos e dos estudantes, constitui referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, para fins de emissão dos atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior.

Avaliações *in loco* de cursos de graduação realizadas

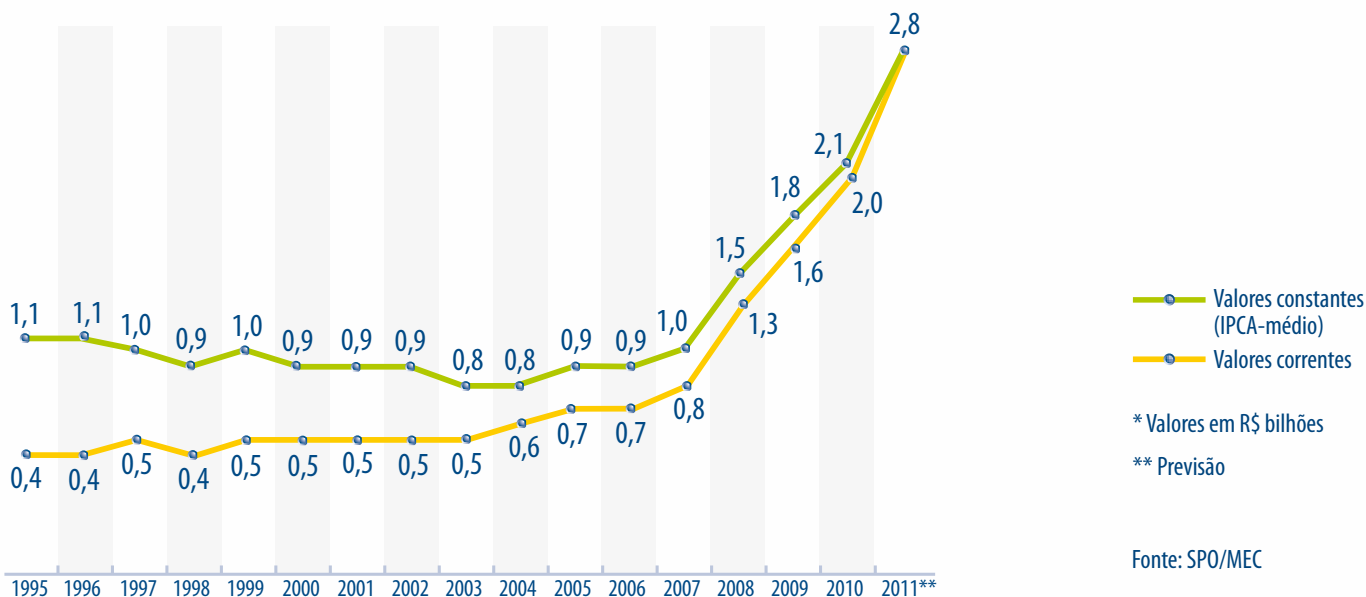


E-MEC

O e-MEC proporcionou a redução significativa do tempo destinado às análises dos processos nele protocolados. É um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos que visa à celeridade e à eficiência.

ORÇAMENTO DA CAPES*

A evolução no orçamento da Capes, que triplicou entre 2003 e 2010, permitiu a criação, aperfeiçoamento e ampliação de programas voltados para a formação de professores da educação básica e para o fomento à pós-graduação.



PORTAL DE PERIÓDICOS

Professores, pesquisadores, alunos e funcionários de 311 instituições de ensino superior e de pesquisa em todo o país têm acesso imediato à produção científica mundial atualizada por meio deste serviço oferecido pela Capes.

Entre 2003 e 2010, houve um crescimento de 7 vezes no número de periódicos disponíveis. Foram adicionados, ainda, outros documentos, tais como e-books, patentes, normas técnicas, estatísticas, teses, dissertações e conteúdo audiovisual, o que ampliou consideravelmente o número de acessos ao portal.

Acessos ao Portal de Periódicos (em milhões)



BOLSAS DE ESTUDO

Entre 2003 e 2010, a quantidade de bolsas concedidas no país mais que dobrou, proporcionando a formação de recursos humanos de alto nível no âmbito acadêmico, científico, tecnológico e cultural no Brasil e no exterior. Desse modo, houve aumento no número de mestres e doutores titulados. Em 2010, foram 38.599 mestres e 12.369 doutores titulados, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 50% quando comparado ao ano de 2003.

Número de bolsas no país (em milhares)



BOLSAS DE ESTUDO

Na pós-graduação, destaca-se ainda o desenvolvimento de projetos para a formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país. Além disso, bolsas de mestrado e doutorado concedidas no país foram ampliadas; e seus valores, reajustados.

Evolução dos valores *per capita* das bolsas de estudo no país (em R\$)*



BOLSAS DE ESTUDO

Expansão da ação internacional da Capes. Essa ampliação decorre das mudanças nas políticas de formação de recursos humanos no exterior, bem como da ampliação do elenco de países e instituições estrangeiras com os quais a Capes firmou acordo internacional para desenvolvimento de programas de projetos conjuntos de pesquisa, parcerias universitárias e bolsas individuais.

Número de bolsistas no exterior (em milhares)*



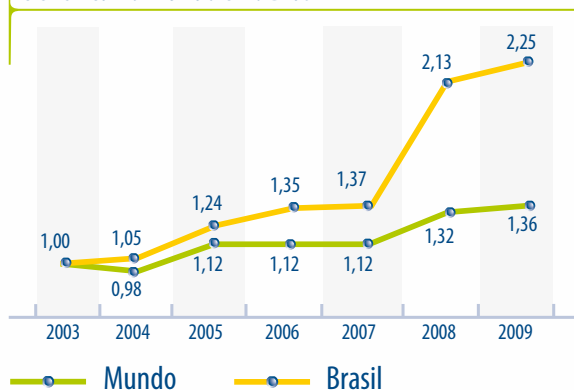
* Inclui bolsistas de graduação sanduíche

Fonte: Capes/MEC

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Nos últimos anos o Brasil tem se destacado por sua produção científica, que tem sido fomentada por programas de iniciação científica, pelo fortalecimento da pós-graduação, pela formação de grupos de pesquisa, cooperações internacionais e, mais recentemente, pelo Portal de Periódicos. A produção científica no Brasil cresceu 2,2 vezes entre 2003 e 2009, enquanto a produção mundial aumentou 1,4 vez no mesmo período.

Comparação do crescimento da produção científica no mundo e no Brasil*



* A comparação do crescimento tem como referência o ano de 2003.

Países que mais evoluíram na publicação de artigos em periódicos científicos indexados

País	2003	2009	Variação % 2009/2003
CHINA	40.715	118.108	190%
BRASIL	14.288	32.100	125%
TURQUIA	10.871	22.037	104%
ÍNDIA	21.520	40.250	87%
TAIWAN	13.158	24.442	86%
COREIA DO SUL	21.110	38.651	83%
ESPANHA	27.423	44.324	62%
AUSTRÁLIA	25.204	38.599	53%
POLÔNIA	12.960	19.513	51%
CANADÁ	39.251	55.534	41%
SUIÇA	15.976	21.800	36%

Fonte: Institute for Scientific Information (ISI). National Science Indicators (NSI). Base Deluxe – SCI, 2009.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Atualmente o Brasil ocupa posição de destaque no ranking mundial de produção científica: é o primeiro entre os países latino-americanos e ultrapassou a Rússia e a Holanda, países com longa tradição científica.

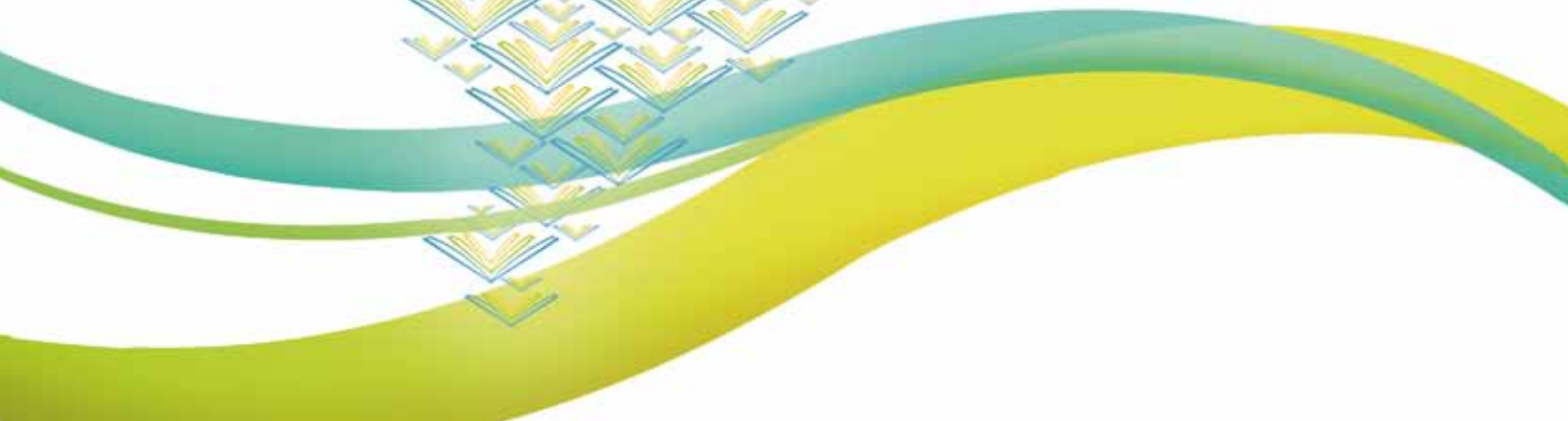
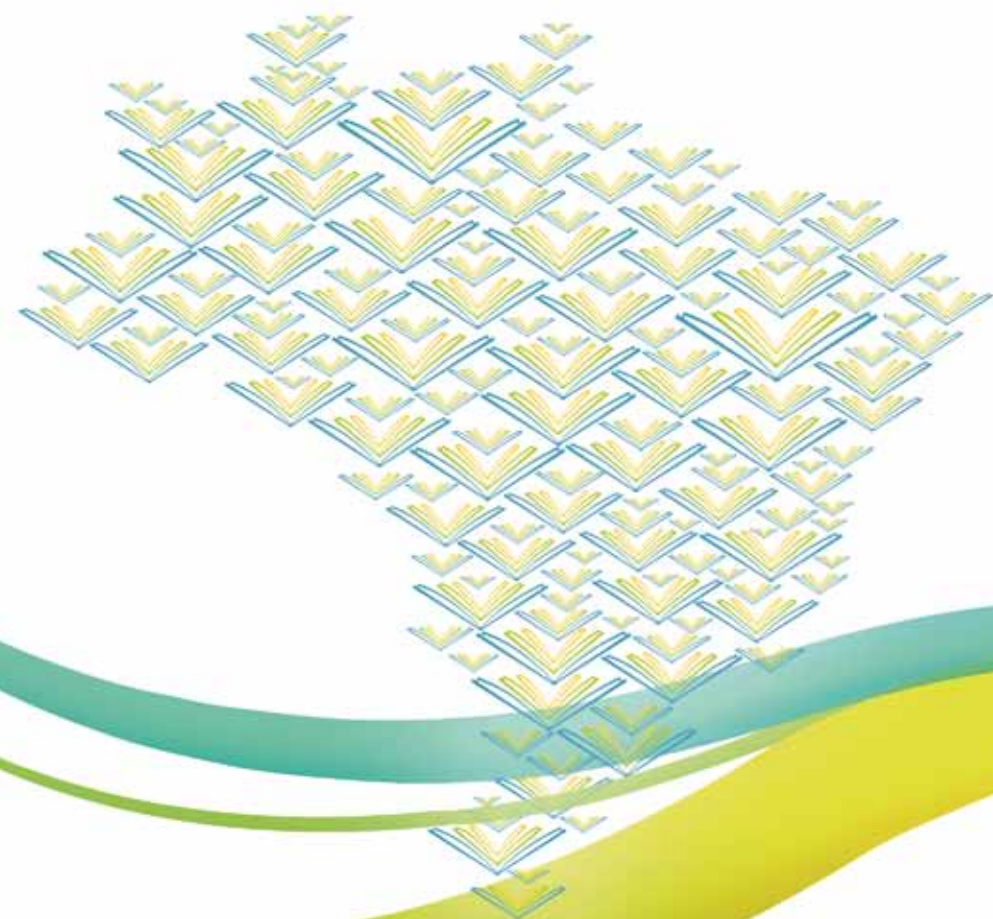
Países com maior participação percentual em relação ao total mundial de artigos publicados em periódicos científicos internacionais indexados

País	2009	Participação % em relação ao mundo
1 EUA	341.038	28,6
2 CHINA	118.108	9,9
3 REINO UNIDO	92.628	7,8
4 ALEMANHA	89.545	7,5
5 JAPÃO	78.930	6,6
6 FRANÇA	65.301	5,5
7 CANADÁ	55.534	4,7
8 ITÁLIA	51.606	4,3
9 ESPANHA	44.324	3,7
10 ÍNDIA	40.250	3,4
11 COREIA DO SUL	38.651	3,2
12 AUSTRÁLIA	38.599	3,2
13 BRASIL	32.100	2,7
14 HOLANDA	30.204	2,5
15 RÚSSIA	30.178	2,5
16 TAIWAN	24.442	2,1
17 TURQUIA	22.037	1,9

Fonte: Institute for Scientific Information (ISI).
National Science Indicators (NSI).
Base Deluxe – SCI, 2009.

GLOSSÁRIO

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
DRU	Desvinculação das Receitas da União	IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo	Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Pública de Educação Infantil
EC	Emenda Constitucional	MEC	Ministério da Educação	ProInfo	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
e-MEC	Sistema de Regulação do Ensino Superior	PAR	Plano de Ações Articuladas	Prouca	Programa Um Computador por Aluno
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes	PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola	ProUni	Programa Universidade para Todos
Enceja	Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos	PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação	Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio	PDE-Escola	Plano de Desenvolvimento da Escola	Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
e-TEC	Escola Técnica Aberta do Brasil	PIB	Produto Interno Bruto	SEB	Secretaria de Educação Básica
FIC	Formação Inicial e Continuada	Pibid	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência	Secad	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior	Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes	SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	Sesu	Secretaria de Educação Superior
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar	Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil	Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Pnate	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	SiSU	Sistema de Seleção Unificada
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola	TRI	Teoria da Resposta ao Item
		PNLA	Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos		
		PNLD EJA	Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos		





Ministério da
Educação

